Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53

Relatório de Administração 2025

São Paulo, 02 de março de 2026 *– A* ***Hidrovias do Brasil S.A. [B3: HBSA3]****, empresa de soluções logísticas com foco no modal hidroviário, listada no segmento do Novo Mercado da B3, anuncia hoje o resultado do ano consolidado de 2025. O resultado apresentado neste relatório segue as regras contábeis brasileiras e internacionais (IFRS) e as comparações aqui realizadas levam em consideração os anos de 2024 e 2025, exceto quando indicado de outra forma.*

Hidrovias do Brasil S.A.
Resultado do Ano Consolidado 2025

2025				
Receita operacional líquida	**EBITDA Ajustado recorrente**	**Lucro (prejuizo) líquido**	**Geração de caixa das operações**	**Investimentos**
R$ 2.465 milhões	R$ 1.125 milhões	(R$ 141 milhões)	R$ 1.055 milhões	R$ 379 milhões

Principais destaques: • Manutenção da boa performance operacional, com crescimento de volume de 22% e EBITDA Ajustado recorrente de 95% vs. 2024, refletindo principalmente **condições de navegabilidade normalizadas** nos corredores e **melhorias operacionais** no corredor Sul. **• Maior geração de caixa das operações** já registrada pela Companhia, somando R$1.055 milhões. **• Alavancagem de 2,3x:** redução de 4,7x vs. 2024, refletindo os efeitos da melhora nos resultados operacionais com navegação normalizada nos corredores Sul e Norte, do recebimento do aumento de capital em maio de 2025 e a venda da operação de Navegação Costeira. **• Conclusão da venda da operação de Navegação Costeira** em novembro, permitindo foco na otimização de portfólio, além de reforçar a posição financeira.

Resumo	2025	2024	2025 vs 2024
Volume total (ktons)	**17.860**	**14.663**	**22%**
Corredor Norte	8.164	6.627	*23%*
Corredor Sul	4.937	2.768	*78%*
Santos	2.001	1.713	*17%*
Navegação Costeira	2.757	3.556	*-22%*
Receita operacional líquida (R$ milhões)	**2.465**	**1.749**	**41%**
Corredor Norte	1.113	847	*31%*
Corredor Sul	982	519	*89%*
Santos	153	137	*12%*
Navegação Costeira	217	246	*-12%*
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**1.125**	**578**	**95%**
Corredor Norte	662	464	*43%*
Corredor Sul	422	38	*>100%*
Santos	58	56	*4%*
Navegação Costeira	88	110	*-20%*
Corporativo	(106)	(90)	*17%*
Alavancagem	**2,3x**	**7,0x**	**-4,7x**

Mensagem da Administração:

O ano de 2025 marcou um ciclo de profundas transformações para a Hidrovias do Brasil. Ao longo do período, a Companhia passou por movimentos estruturantes que redefiniram suas bases de governança, capital e ambição de longo prazo. Destaco, nesse contexto, a conclusão do aumento de capital e a consolidação da Ultrapar como nosso acionista controlador – um passo decisivo para assegurar perenidade societária, disciplina estratégica e uma visão clara de criação de valor sustentável ao longo dos próximos anos. Esse novo capítulo foi acompanhado por uma ampla renovação da liderança executiva, com a formação de uma diretoria experiente e orientada à transformação operacional, da qual passo a ter a honra de fazer parte. Esse processo fortaleceu nossa capacidade de execução e permitiu decisões estratégicas relevantes de simplificação e foco no core business, além da retomada de investimentos direcionados à eficiência operacional, à expansão modular e ao crescimento sustentável. **O ano de 2025 também se destacou pelos resultados alcançados pela Hidrovias do Brasil.** A Companhia atingiu um marco histórico ao superar, **pela primeira vez, o patamar acima de R$1 bilhão em EBITDA Ajustado recorrente**, refletindo a recuperação operacional. No acumulado do ano, movimentamos 17.860 mil toneladas, o que resultou na geração de R$1.125 milhões de EBITDA Ajustado recorrente – um crescimento de 95% em relação a 2024 – consolidando uma base financeira sólida que sustentará a retomada do crescimento da Companhia. **No âmbito operacional, seguimos avançando de forma consistente em nossa jornada de segurança, produtividade e excelência.** Iniciamos a implementação do novo sistema integrado de gestão operacional (SIGO) em todas as operações, fortalecendo nossa segurança, o controle, a padronização e a eficiência dos processos. Nossa taxa de frequência de acidentes com afastamento foi 56% menor do que 2024. Operações seguras são a base para a melhoria de produtividade esperada ao longo do tempo. No Corredor Norte, avançamos na otimização dos ativos, com ganhos de produtividade que ampliam a utilização da capacidade existente e viabilizam a expansão modular dos terminais, incluindo a conclusão do investimento da Cábrea no TUP, que entrará em fase de testes no próximo semestre. No Corredor Sul, as obras de dragagem e derrocagem na hidrovia do Paraguai, aliadas a condições hidrológicas mais favoráveis, reduziram as restrições à navegação e permitiram um aumento relevante dos volumes transportados em 2025, mesmo com menor nível de régua das águas. Em Santos, a operação começa a ganhar tração, impulsionada por melhorias operacionais no porto e pela consolidação da operação de sal. **No pilar de governança corporativa, 2025 foi marcado pela construção de uma base sólida para o crescimento futuro da Hidrovias do Brasil.** A conclusão do aumento de capital fortaleceu de forma relevante a estrutura financeira da Companhia, reduzindo restrições e ampliando a capacidade de investimento. Esse movimento também consolidou o controle acionário pela Ultrapar, acionista com visão de longo prazo, que reforça a governança e cria as condições necessárias para a execução consistente da nossa estratégia de crescimento sustentável e geração de valor. Em novembro, concluímos a **venda da operação de Navegação Costeira**, avançando na otimização de portfólio. A transação permite redirecionamento de esforços e capital para negócios com maior potencial de geração de valor. Do ponto de vista financeiro, conduzimos um robusto processo de reposicionamento do endividamento. Iniciamos 2025 com uma alavancagem de 7,0x, reflexo de um ano de 2024 marcado por uma severa crise hídrica nos dois principais corredores, agravada pela elevada exposição cambial das nossas dívidas. Ao longo do ano, **eliminamos essa exposição cambial e reduzimos o custo de captação**, beneficiados pela incorporação de risco Ultrapar. Somados à conclusão do aumento de capital e à melhora consistente dos resultados operacionais, esses movimentos permitiram a redução da alavancagem de 7,0x (4T24) para 2,3x (4T25), e nosso ROIC iniciou trajetória ascendente, reforçando a entrada em um **novo ciclo de rentabilização da Companhia**. A estratégia corporativa da Companhia está ancorada na geração de valor a todos seus *stakeholders* e no retorno consistente aos acionistas e é estruturada em seis pilares: segurança e sustentabilidade, pessoas e cultura de alta performance, eficiência operacional, preferência do cliente, novas rotas de crescimento e rentabilidade sustentada. O ano de 2025 marcou o início desta nova gestão que, com foco em segurança e equipes de alta performance, busca ser **disciplinada na alocação de capital, realizar uma execução consistente e fortalecer a trajetória de recuperação do ROIC no médio prazo**.

Décio Amaral
Presidente da Hidrovias do Brasil

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais:

As informações financeiras apresentadas neste documento foram extraídas das informações contábeis intermediárias do período de três meses findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. As informações financeiras e operacionais são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas Tabelas e Gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem. As informações denominadas EBIT (Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – LAJIR), EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização – LAJIDA), EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado recorrente estão apresentadas de acordo com a Resolução 156 emitida pela CVM em 23 de junho de 2022. O EBITDA Ajustado considera ajustes de transações usuais que impactam o resultado contábil, mas que não têm potencial de geração de caixa, tais como efeitos do *hedge accounting*, e o EBITDA Ajustado recorrente, exclui itens excepcionais ou não recorrentes, conforme descritos neste relatório, proporcionando uma visão mais precisa e consistente do seu desempenho operacional, evitando distorções causadas por eventos pontuais, sejam eles positivos ou negativos. A conciliação do EBITDA a partir do lucro líquido está disposta na página 3 deste relatório.

Definições • Para melhor compreensão dos resultados, este release é apresentado com **visão proforma**, considerando resultados das operações continuadas e da operação de Navegação Costeira, cuja venda foi finalizada em novembro de 2025. **• Receita operacional líquida** exclui o efeito *hedge accounting*, para demonstrar apenas o efeito operacional na geração de receita**.** A Companhia considera como efeito do *hedge accounting* na receita líquida, apenas a parcela da variação cambial da receita-objeto do *hedge* reconhecida no período. **• Depreciação e amortização** incluem amortização de mais valia de coligadas. **• Custos e despesas** são apresentados com a abertura de depreciação e amortização, para melhor compreensão dos resultados. **• *Hedge Accounting***: a moeda funcional da Companhia é o Real, contudo os contratos do Corredor Sul e Navegação Costeira são denominados em dólar norte-americano. Dessa forma, o *hedge accounting* foi aplicado para mitigar essa exposição, sendo que a dívida em dólar norte-americano protege os contratos de longo-prazo em moeda estrangeira. Não tem impacto caixa e o *hedge accounting* do Corredor Sul se encerrou em jan/25 e desde nov/25 não temos mais reconhecimento do *hedge accounting* da operação de Navegação Costeira. **• Equivalência patrimonial** está líquida de eliminação. **• Não recorrentes** estão apresentados em documento anexo a este relatório. **• EBITDA Ajustado** é ajustado por *hedge accounting*, e **EBITDA Ajustado recorrente** por itens não-recorrentes. **• EBITDA alavancagem LTM** exclui a Navegação Costeira, em função da conclusão da venda da operação, com reconhecimento de entrada de caixa e da redução da dívida. Além disso, não considera ajustes por itens não recorrentes de indenizações e compensações de clientes, conforme detalhado no anexo. **• AFRMM, créditos fiscais e outros** incluem efeito positivo com "Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)" na Navegação Costeira e no Corredor Norte. **• Endividamento líquido** considera os valores "Empréstimos, financiamentos e debêntures", "Passivo de arrendamento", "Obrigação com outorga", "Instrumentos financeiros derivativos", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários".

Resultado consolidado

Resultado consolidado (R$ milhões)	2025	2024	2025 vs 2024
Lucro líquido (R$ milhões)	**(141)**	**(569)**	**-75%**
(+) IR e contribuição social	137	8	*>100%*
(+) Despesa (receita) financeira líquida	381	497	*-23%*
(+) Depreciação e amortização	411	419	*-2%*
(+) Efeito líquido da cessação da depreciação	(25)	–	–
EBITDA (R$ milhões)	**763**	**356**	**>100%**
Ajuste contábil	**27**	**93**	***-71%***
(-) Hedge accounting	27	93	*-71%*
EBITDA Ajustado (R$ milhões)	**790**	**449**	**76%**
EBITDA Ajustado das operações continuadas	950	339	*>100%*
Corredor Norte	576	438	*31%*
Corredor Sul	422	(52)	–
Santos	58	43	*37%*
Corporativo	(106)	(90)	*17%*
EBITDA Ajustado das operações descontinuadas	(160)	110	–
Navegação Costeira	(160)	110	–
Efeitos não recorrentes que afetaram EBITDA	**335**	**129**	***>100%***
(-) Caução CDP	–	17	–
(-) Doação ferrovia	–	13	–
(-) Impairment Potiguar	–	90	–
(-) Baixa de projetos de investimento por descontinuidade	–	9	–
(-) Impairment Navegação Costeira	125	–	–
(-) Baixas Navegação Costeira	123	–	–
(-) Indenizações e compensações de clientes	87	–	–
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**1.125**	**578**	**95%**
EBITDA Ajustado recorrente das operações continuadas	1.037	468	*>100%*
Corredor Norte	662	464	*43%*
Corredor Sul	422	38	*>100%*
Santos	58	56	*4%*
Corporativo	(106)	(90)	*17%*
EBITDA Ajustado recorrente das operações descontinuadas	88	110	*-20%*
Navegação Costeira	88	110	*-20%*

Resultado consolidado

Resultado consolidado (R$ milhões)	2025	2024	2025 vs 2024
Volume total (ktons)	**17.860**	**14.663**	**22%**
Receita líquida (R$ milhões)	**2.438**	**1.656**	**47%**
Receita operacional líquida	2.465	1.749	*41%*
Hedge accounting	(27)	(93)	*-71%*
Custos operacionais	(1.469)	(1.344)	*9%*
Custos Operacionais ex-depreciação	(1.128)	(973)	*16%*
Depreciação (custos)	(341)	(371)	*-8%*
Despesas (receitas) operacionais	(306)	(304)	*0%*
Despesas (receitas) operacionais ex- depreciação	(275)	(256)	*7%*
Depreciação (despesas)	(31)	(48)	*-36%*
AFRMM, créditos fiscais e outros	(297)	(79)	*>100%*
Equivalência patrimonial	25	8	*>100%*
EBITDA (R$ milhões)	**763**	**356**	**>100%**
Margem EBITDA %	31%	20%	11 p.p.
(-) Hedge accounting	27	93	*-71%*
EBITDA Ajustado (R$ milhões)	**790**	**449**	**76%**
Margem EBITDA Ajustado %	32%	26%	6 p.p.
(-) Não recorrentes	335	129	*>100%*
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**1.125**	**578**	**95%**
Margem EBITDA Ajustado recorrente %	46%	33%	13 p.p.
Depreciação e amortização	(373)	(419)	*-11%*
Resultado financeiro	(381)	(497)	*-23%*
IR/CSLL	(150)	(8)	*>100%*
Lucro (prejuízo) líquido	**(141)**	**(569)**	**-75%**
Investimentos	379	361	*5%*
Geração de caixa das operações	**1.055**	**122**	**>100%**

Desempenho operacional: em 2025 o volume total movimentado foi **17.860 mil toneladas**, movimentadas, 22% superior a 2024, impulsionado pela recuperação operacional. **Receita operacional líquida** *ex-hedge accounting*: **R$2.465 milhões**, crescimento de 41% vs. 2024, refletindo principalmente uma recuperação consistente do volume ao longo do ano. **Custos operacionais** *ex-depreciação***:** totalizaram **R$1.128 milhões** (+16% vs. 2024), explicado principalmente pela recuperação das operações vs. o período de seca restritiva no Norte e no Sul durante 2024 e a venda da operação de Navegação Costeira. **Despesas operacionais** *ex-depreciação***: R$275 milhões** (+7% vs. 2024), sendo que, em 2024, houve o reconhecimento de efeito não recorrente relacionado à doação do investimento para a expedição ferroviária em Santos, no valor de R$13 milhões. **EBITDA Ajustado recorrente:** totalizou **R$1.125 milhões**, crescimento de 95% vs. 2024, com margem de 46%, representando expansão de 13 p.p. em relação ao ano anterior, explicado pelos mesmos fatores mencionados acima. **Resultado financeiro:** registrou despesas líquidas de **R$381 milhões,** queda de 23% vs. 2024, refletindo principalmente o menor custo da dívida líquida e o reconhecimento de ganhos com a recompra do Bond 2031 no 2T25. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos impactos da marcação a mercado dos derivativos utilizados na proteção das dívidas em moeda estrangeira e pelos custos associados à 3ª e à 4ª emissões de debêntures. **Lucro (prejuízo) líquido:** prejuízo de **R$141 milhões** (vs. prejuízo de R$569 milhões em 2024), refletindo, por um lado, o reconhecimento da baixa dos ativos da Navegação Costeira, cuja venda foi concluída em novembro de 2025 no valor de R$248 milhões e, por outro, pela melhora nos resultados. **Investimentos:** totalizaram **R$379 milhões**, crescimento de 5% vs. 2024, explicado, principalmente pelos investimentos realizados até o momento com o projeto da Cábrea no TUP.

Resultado por corredor logístico: Norte

Corredor Norte	2025	2024	2025 vs 2024
Volume total (mil tons)	**8.164**	**6.627**	**23%**
Grãos "sistema integrado"	5.866	4.881	*20%*
Grãos "rodoviário direto"	1.762	1.243	*42%*
Fertilizantes	535	503	*6%*
Receita líquida (R$ milhões)	**1.113**	**847**	**31%**
Receita operacional líquida	1.113	847	*31%*
Custos operacionais	(367)	(334)	*10%*
Despesas (receitas) operacionais	(102)	(64)	*61%*
AFRMM, créditos fiscais e outros	(68)	(11)	*>100%*
EBITDA (R$ milhões)	**576**	**438**	**31%**
Margem EBITDA %	52%	52%	0 p.p.
(-) Não recorrentes	87	26	*>100%*
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**662**	**464**	**43%**
Margem EBITDA Ajustado recorrente %	60%	55%	5 p.p.

Desempenho operacional: no acumulado de 2025, o volume atingiu **8.164 mil toneladas**, crescimento de 23% vs. 2024, impulsionado principalmente pela recuperação das condições de navegação. **Receita operacional líquida:** totalizou **R$1.113 milhões**, alta de 31% vs. 2024, refletindo principalmente o maior volume transportado ao longo do ano. **Custos operacionais: R$367 milhões** (+10% vs. 2024), explicado principalmente pelo nível de atividade nos períodos comparáveis. **Despesas operacionais: R$102 milhões** (+61% vs. 2024), refletindo realocação de colaboradores do corporativo para as operações em 2025 além de reajustes salariais e maior remuneração variável, em função da evolução dos resultados. **EBITDA Ajustado recorrente: R$662 milhões** (+43% vs. 2024), com margem de 60% (+5 p.p. vs. 2024), reflexo de um ano com condições de navegação mais normalizadas.

Resultado por corredor logístico: Sul

Corredor Sul	2025	2024	2025 vs 2024
Dolar médio	**5,59**	**5,39**	**4%**
Volume total (mil tons)	**4.937**	**2.768**	**78%**
Minério de ferro	3.767	1.529	*>100%*
Grãos	937	1.003	*-7%*
Fertilizantes	233	236	*-1%*
Receita líquida (R$ milhões)	**975**	**449**	**>100%**
Receita operacional líquida	982	519	*89%*
Hedge accounting	(7)	(70)	*-90%*
Custos operacionais	(544)	(430)	*26%*
Despesas (receitas) operacionais	(47)	(63)	*-26%*
AFRMM, créditos fiscais e outros	7	(82)	–
Equivalência patrimonial	24	4	*>100%*
EBITDA (R$ milhões)	**415**	**(122)**	**–**
Margem EBITDA %	42%	–	–
(-) Hedge accounting	7	70	*-90%*
EBITDA Ajustado (R$ milhões)	**422**	**(52)**	**–**
Margem EBITDA Ajustado %	43%	–	–
(-) Não recorrentes	–	90	–
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**422**	**38**	**>100%**
Margem EBITDA Ajustado recorrente %	43%	7%	36 p.p.

Desempenho operacional*:* movimentamos **4.937 mil toneladas** (+78% vs. 2024), com destaque para o minério de ferro, que corresponde a 76% do volume total ante 55% em 2024, quando o corredor operou sob restrições de calado. **Receita operacional líquida** *ex-hedge accounting:* totalizou **R$982 milhões** (+89% vs. 2024), impulsionado pelo maior volume movimentado e pelo melhor mix de cargas. **Custos operacionais: R$544 milhões** (+ 26% vs. 2024), inferior à expansão de receita e volume, decorrente da maior diluição de custos ao longo do ano. **Despesas operacionais:** somaram **R$47 milhões** (-26% vs. 2024), sendo que no ano anterior houve gastos não recorrentes relacionados à transferência de empurradores entre os corredores Norte e Sul, além do impacto de um câmbio mais elevado, que pressionou as despesas. **EBITDA Ajustado recorrente:** totalizou **R$422 milhões** com margem de 43%, crescimento vs. o EBITDA Ajustado recorrente de R$38 milhões gerados em 2024, evidenciando recuperação operacional decorrente das melhores condições de navegação – apoiadas por maior nível de chuvas e pelas dragagens realizadas no período – aumento expressivo de volumes e maior diluição de custos, além de melhorias operacionais.

Resultado por corredor logístico: Santos

Santos	2025	2024	2025 vs 2024
Volume total (mil tons)	**2.001**	**1.713**	**17%**
Fertilizantes	1.476	1.459	*1%*
Sal	526	255	*>100%*
Receita líquida (R$ milhões)	**153**	**137**	**12%**
Receita operacional líquida	153	137	*12%*
Custos operacionais	(81)	(66)	*22%*
Despesas (receitas) operacionais	(14)	(27)	*-48%*
AFRMM, créditos fiscais e outros	(0)	(1)	*-71%*
EBITDA (R$ milhões)	**58**	**43**	**37%**
Margem EBITDA %	38%	31%	7 p.p.
(-) Não recorrentes	–	13	–
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**58**	**56**	**4%**
Margem EBITDA Ajustado recorrente %	38%	41%	-3 p.p.

Desempenho operacional: movimentamos **2.001 mil toneladas**, incremento de 17% vs. 2024, refletindo a diversificação do mix de cargas, com destaque para o início e consolidação da operação de sal. **Receita operacional líquida:** somou **R$153 milhões** (+12% vs. 2024), crescimento inferior ao aumento de volume transportado, pelo efeito de mix de carga com maior participação de sal, que possui tarifa inferior à de fertilizantes. **Custos operacionais:** somaram **R$81** (+22% vs. 2024), em linha com o crescimento de volume no ano e maior tarifa portuária. **Despesas operacionais:** total de **R$14 milhões** (-48% vs. 2024), principalmente em função do efeito não recorrente de R$13 milhões reconhecido em 2024, relacionado à doação do investimento para a expedição ferroviária. **EBITDA Ajustado recorrente:** atingiu **R$58 milhões** (+4% vs. 2024) com margem de 38% (-3 p.p vs. 2024), resultado do maior volume movimentado e efeito mix no ano.

Resultado por corredor logístico: Navegação Costeira

Navegação Costeira	2025	2024	2025 vs 2024
Volume total (mil tons)	**2.757**	**3.556**	**-22%**
Bauxita	2.757	3.556	*-22%*
Receita líquida (R$ milhões)	**197**	**223**	**-12%**
Receita operacional líquida	217	246	*-12%*
Hedge accounting	(20)	(23)	*-12%*
Custos operacionais	(136)	(143)	*-4%*
Despesas (receitas) operacionais	(5)	(9)	*-44%*
AFRMM, créditos fiscais e outros	(236)	15	–
EBITDA (R$ milhões)	**(180)**	**87**	**–**
Margem EBITDA %	–	35%	–
(-) Hedge accounting	20	23	*-12%*
EBITDA Ajustado (R$ milhões)	**(160)**	**110**	**–**
Margem EBITDA Ajustado %	–	45%	–
(-) Não recorrentes	248	–	–
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**88**	**110**	**-20%**
Margem EBITDA Ajustado recorrente %	41%	45%	-4 p.p.

EBITDA Ajustado recorrente: R$88 milhões no acumulado de 2025 (-20% vs. 2024), com margem EBITDA Ajustada recorrente de 41% (-4 p.p vs. 2024). Este resultado reflete principalmente os custos relacionados à docagem do HB Tucunaré finalizada no 2T25. Em 2025 reconhecemos como não-recorrentes o efeito de impairment registrado na linha de "AFRMM, créditos fiscais e outros", decorrente do processo de venda anunciado no 1T25.

Despesas corporativas

Despesas corporativas	2025	2024	2025 vs 2024
Despesas (receitas) operacionais	(107)	(94)	*14%*
AFRMM, créditos fiscais e outros	–	(0)	–
Equivalência patrimonial	1	4	*-65%*
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**(106)**	**(90)**	**17%**

As despesas da estrutura corporativa totalizaram **R$107 milhões** (+14% vs. 2024), resultado da maior provisão de bônus atrelado ao resultado no período e novo plano de Incentivos de Longo Prazo (ILP) e investimentos em segurança e projetos de tecnologia que buscam maior eficiência e produtividade para a Companhia.

Investimentos

Investimento consolidado (R$ milhões)	2025	2024	2025 vs 2024
Manutenção	197	116	*70%*
Expansão	159	222	*-29%*
Outorga STS20	23	22	*5%*
Investimento total	**379**	**361**	**5%**

Em 2025 os investimentos somaram **R$379 milhões** (+5% vs. 2024), em linha com o investimento em projetos de expansão modular no Norte com a Cábrea no TUP, além das manutenções programadas de ativos e de docagem do HB Tucunaré na Navegação Costeira, que ocorreu ao longo de 2025.

Endividamento

Endividamento (R$ milhões)	2025	2024	2025 vs 2024
Endividamento bruto	**3.740**	**5.131**	*-27%*
Dívida bruta	3.481	4.804	*-28%*
Arrendamentos e outorga a pagar	247	316	*-22%*
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	12	11	*7%*
Caixa	**1.531**	**1.084**	*41%*
Caixa e aplicações financeiras	1.528	1.071	*43%*
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	3	12	*-78%*
Endividamento líquido	**2.209**	**4.047**	***-45%***
EBITDA alavancagem LTM	**950**	**578**	***64%***
Alavancagem	**2,3x**	**7,0x**	**-4,7x**

Encerramos o 2025 com **dívida líquida de R$2.209 milhões**, queda de 45% vs. 2024, refletindo o fortalecimento da posição de caixa, sustentado pela geração operacional com navegação normalizada, pelo aumento de capital concluído em 2025 e pela venda da operação de Navegação Costeira. A alavancagem ao final do 2025 foi de **2,3x**, redução relevante de 4,7x vs. 2024, explicada pela expansão do EBITDA LTM com a retomada das operações devido as melhores condições de navegação e pela redução do endividamento líquido. Em 2025, a Companhia concluiu a reestruturação de parte da dívida, com a recompra do Bond 2031 via 4ª emissão de Debêntures com aval da Ultrapar, e a venda da operação de Navegação Costeira, com entrada de caixa no trimestre, reforçando a liquidez e reduzindo o endividamento líquido. Pela primeira vez em sua história, a Hidrovias ficou abaixo dos *covenants* das dívidas, com apuração ao final de 2025 de 3,0x, dentro do limite de 3,5x, resultado tanto do desempenho operacional quanto da nova estrutura de capital. Além disso, 100% da dívida encontra-se protegida por instrumentos de hedge, mitigando a exposição a oscilações cambiais e de taxas de juros.

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

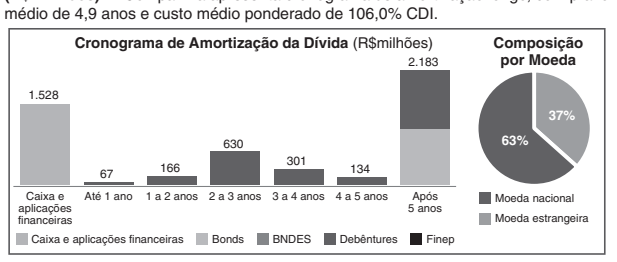
ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

… continuação

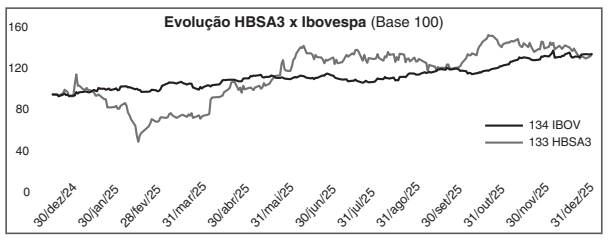
Hidrovias do Brasil S.A.

Caixa e perfil de amortização e composição por moeda da dívida bruta (R$ milhões): A Companhia apresenta cronograma de amortização longo, com prazo médio de 4,9 anos e custo médio ponderado de 106,0% CDI.



Mercado de capitais

Mercado de capitais	2025	2024
Quantidade final de ações (mil)	**1.360.382.643**	**760.382.643**
Valor de mercado (R$ milhões)	**4.965**	**2.114**
B3		
Volume médio/dia (mil ações)	1.340	2.693
Volume financeiro médio/dia (R$ mil)	4.892	7.486
Cotação média (R$/ação)	3,7	2,8



Sustentabilidade

Ao longo de 2025, a Companhia alcançou marcos como o reconhecimento entre as **100 empresas mais inovadoras** no uso de TI no Brasil, concedido pelo IT Fórum. Também publicou o **Relato Integrado 2025,** evidenciando sua atuação em um ano desafiador, marcado por eventos climáticos extremos e reforçando o compromisso com a sustentabilidade e a resiliência operacional. Em 2025, a Hidrovias passou a integrar, pela primeira vez, a carteira do **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3**. A estreia da Companhia foi marcada por um resultado expressivo: alcançamos um score (pontuação) de 73,67%, que nos posiciona entre as 40 melhores empresas das 82 listadas. Outro destaque foi a participação da Companhia na **COP30**, reforçando seu posicionamento em logística sustentável e na transição para uma economia de baixo carbono. Esse compromisso também se refletiu nos reconhecimentos recebidos: a Hidrovias foi destaque no Prêmio Época 360º, pela consistência na integração da sustentabilidade e estratégia de negócios, e, pelo segundo ciclo consecutivo, conquistou o Selo Integridade 2025–2027 no Paraguai, certificação que reafirma a adoção de práticas éticas, transparentes e responsáveis. O **compromisso com a sustentabilidade** é parte estruturante da estratégia da Hidrovias e orienta as decisões que asseguram a perenidade, a competitividade e a resiliência do negócio no longo prazo. Em linha com seus temas materiais, em 2025 a Companhia avançou de forma consistente nas metas relacionadas à cadeia de valor, ao desenvolvimento local, à integridade e ao desempenho ambiental, fortalecendo padrões de governança, ampliando impactos positivos nos territórios onde atua e promovendo maior eficiência nos controles operacionais.

Governança

A Hidrovias do Brasil S.A. possui, em seu Código de Ética e Conduta, diretrizes aplicáveis à promoção do tratamento justo, da igualdade e do respeito à diversidade, que orientam a atuação da Companhia, de seus colaboradores e de seus administradores. Essas diretrizes refletem o compromisso institucional da Hidrovias com a equidade de gênero, a diversidade, o respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades em todos os processos de gestão de pessoas. A Companhia adota uma política de equidade baseada em compromissos públicos, metas claras, mecanismos de governança e indicadores mensurados, integralmente aplicáveis à sua estrutura. O Código de Ética veda práticas discriminatórias ou a concessão de privilégios injustificados, inclusive aqueles relacionados a gênero. Os indicadores relacionados ao tema são divulgados anualmente no Relato Integrado e em outros documentos públicos, reforçando a transparência das práticas corporativas. Com base nessas diretrizes, e em conformidade com o art. 133, § 6º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada pela Lei nº 15.177/25, a Companhia apresenta, a seguir, as informações que evidenciam a composição de seu quadro funcional, de sua administração e os dados agregados de remuneração, de forma transparente, objetiva e alinhada às melhores práticas de governança ESG.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Total de colaboradores	%	Total de colaboradores	%
Conselho de Administração	7	14%	7	14%
Presidência	1	0%	1	0%
Direção	7	43%	7	57%
Gerência	29	45%	33	48%
Coordenação	53	47%	62	48%
Administrativo	85	61%	100	61%
Total	**182**	**52%**	**210**	**53%**

Proporção da remuneração total entre gêneros por nível hierárquico	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Conselho de Administração	100%	100%
Presidência	–	–
Direção	74%	89%
Gerência	80%	81%
Coordenação	93%	92%
Administrativo	94%	87%

Disclaimer

Este relatório contém declarações e perspectivas futuras baseadas nas estratégias e crenças relativas às oportunidades de crescimento da Hidrovias do Brasil S.A. e suas subsidiárias ("Hidrovias" ou "Companhia") constituídas por análises feitas por sua administração. Isso significa que afirmações e declarações aqui contidas, fundamentadas em minucioso estudo de informações públicas disponibilizadas para o mercado em geral, embora consideradas razoáveis pela Companhia, poderão não se materializar e/ou conter imperfeições e/ou imprecisões. Essa ressalva sobre as informações demonstradas indica a existência de situações adversas que poderão impactar os resultados esperados de modo que nossas expectativas não se concretizem no prazo acreditado, pois referidos fatores vão além da capacidade de controle da Hidrovias. Dessa forma, a Companhia não garante o desempenho refletido nessa apresentação e, por isso, não constitui material de oferta para compra e/ou subscrição de seus valores mobiliários.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024 Reapresentado	Controladora 2024 Reapresentado	Consolidado 2025	Consolidado 2024 Reapresentado	Consolidado 2024 Reapresentado
Ativos circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	88.187	509.430	67.090	1.083.247	988.450	663.919
Títulos e valores mobiliários	6.2	–	–	1.063	29.284	64.826	150.001
Contas a receber de clientes	7.2	–	–	–	100.901	183.606	141.835
Contas a receber com partes relacionadas	17.2	20.854	15.970	17.501	576	–	–
Estoques		–	–	–	144.324	162.438	93.826
Impostos a recuperar	8	26.694	18.486	14.925	195.461	247.397	201.487
Dividendos a receber	17.2	–	14.692	14.692	–	–	–
Outros ativos		1.866	1.157	2.005	104.979	87.852	89.456
Total dos ativos circulantes		**137.601**	**559.735**	**117.276**	**1.658.772**	**1.734.569**	**1.340.524**
Não circulantes							
Títulos e valores mobiliários	6.2	116.665	–	–	415.723	18.031	16.547
Contas a receber de clientes	7.2	–	–	–	–	3.200	4.000
Contas a receber com partes relacionadas	17.2	628.500	–	–	1.618	6.372	4.982
Depósitos judiciais	16.4	41.190	37.626	40.304	71.896	85.475	102.142
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.3.2	28.060	21.314	45.207	35.107	242.054	141.952
Impostos a recuperar	8	–	4	4	238	30.696	45.230
Instrumentos financeiros derivativos	26.4	2.728	12.490	–	2.728	12.490	–
Outros ativos		48	101	80	111.435	142.325	66.016
Investimentos	9.2	3.969.773	2.321.851	2.442.083	135.974	135.146	102.026
Imobilizado	10.2	10.839	3.756	4.038	3.704.077	4.293.070	3.920.610
Intangível	11.2	29.112	26.456	28.183	61.007	229.749	252.019
Direito de uso	12.1	–	3.021	1.794	288.733	338.585	305.853
Total dos ativos não circulantes		**4.826.915**	**2.426.619**	**2.561.693**	**4.828.536**	**5.537.193**	**4.961.377**
Total dos ativos		**4.964.516**	**2.986.354**	**2.678.969**	**6.487.308**	**7.271.762**	**6.301.901**

	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024 Reapresentado	Controladora 2024 Reapresentado	Consolidado 2025	Consolidado 2024 Reapresentado	Consolidado 2024 Reapresentado
Passivos circulantes							
Fornecedores	13	11.159	7.314	11.963	138.946	163.125	172.452
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.2	51.349	32.041	35.010	67.059	1.265.209	164.562
Obrigações sociais e trabalhistas	15	32.359	20.463	26.250	75.002	59.085	70.527
Processos judiciais	16.2	420	270	7.217	5.884	38.142	47.604
Obrigações tributárias		1.004	5.323	5.593	63.581	98.396	66.192
Imposto de renda e contribuição social	25.3.2	65	–	–	31.460	116.163	87.636
Contas a pagar com partes relacionadas	17.2	4.784	501.432	4.179	4.997	500.000	–
Passivo de arrendamento	12.2	–	749	994	23.341	72.402	47.096
Outras contas a pagar		–	6.334	395	147.837	12.616	42.580
Total dos passivos circulantes		**101.140**	**573.926**	**91.601**	**558.107**	**2.325.138**	**698.649**
Passivos não circulantes							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.2	2.366.780	975.613	954.480	3.413.938	3.538.713	3.855.173
Processos judiciais	16.2	–	–	–	27.111	–	–
Contas a pagar com partes relacionadas	17.2	302.657	363.467	145.354	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	26.4	11.798	11.063	45.344	11.798	11.063	45.344
Passivo de arrendamento	12.2	–	2.433	1.019	223.799	243.343	229.484
Outras contas a pagar		10.497	7.960	6.115	90.503	101.613	38.195
Provisão para perda com investimento	9.2	9.592	–	–	–	–	–
Total dos passivos não circulantes		**2.701.324**	**1.360.536**	**1.152.312**	**3.767.149**	**3.894.732**	**4.168.196**
Patrimônio líquido							
Capital social	18	2.559.469	1.359.469	1.359.469	2.559.469	1.359.469	1.359.469
Custo na emissão de ações		(24.885)	(24.885)	(24.885)	(24.885)	(24.885)	(24.885)
Reservas de capital		13.299	45.231	42.284	13.299	45.231	42.284
Prejuízo acumulado		(955.685)	(844.542)	(275.127)	(955.685)	(844.542)	(275.127)
Outros resultados abrangentes		569.854	516.619	333.315	569.854	516.619	333.315
Total do patrimônio líquido		**2.162.052**	**1.051.892**	**1.435.056**	**2.162.052**	**1.051.892**	**1.435.056**
Total dos passivos e patrimônio líquido		**4.964.516**	**2.986.354**	**2.678.969**	**6.487.308**	**7.271.762**	**6.301.901**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024 Reapresentado	Consolidado 2025	Consolidado 2024 Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços	22.2	–	–	2.241.099	1.432.424
Custos dos serviços prestados	23	–	–	(1.333.041)	(1.162.893)
Lucro bruto		**–**	**–**	**908.058**	**269.531**
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	(115.579)	(107.039)	(301.368)	(286.656)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	23	–	–	537	(1.965)
Resultado de equivalência patrimonial	9.2	504.461	(329.243)	24.057	7.439
Perdas por impairment		–	–	–	(88.524)
Outras receitas e (despesas)	23	45	(216)	(60.941)	(5.653)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**388.927**	**(436.498)**	**570.343**	**(105.828)**
Receitas financeiras	24.2	300.016	80.469	422.235	531.358
Despesas financeiras	24.2	(635.184)	(219.001)	(800.235)	(1.016.903)
Resultado financeiro líquido		**(335.168)**	**(138.532)**	**(378.000)**	**(485.545)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**53.759**	**(575.030)**	**192.343**	**(591.373)**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	25.3	–	4.302	(5.936)	(83.478)
Diferido	25.3	6.747	(23.894)	(125.901)	80.229
Lucro (prejuízo) de operações continuadas		**60.506**	**(594.622)**	**60.506**	**(594.622)**
Operações descontinuadas		**(201.424)**	**25.207**	**(201.424)**	**25.207**
Prejuízo do exercício		**(140.918)**	**(569.415)**	**(140.918)**	**(569.415)**
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social das operações continuadas (média ponderada do exercício) – R$					
Básico	19	0,0521	(0,7820)	0,0521	(0,7820)
Diluído	19	0,0521	(0,7820)	0,0521	(0,7820)
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social das operações descontinuadas (média ponderada do exercício) – R$					
Básico	19	(0,1736)	0,0332	(0,1736)	0,0332
Diluído	19	(0,1736)	0,0332	(0,1736)	0,0332
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social (média ponderada do exercício) – R$					
Básico	19	(0,1214)	(0,7489)	(0,1214)	(0,7489)
Diluído	19	(0,1214)	(0,7489)	(0,1214)	(0,7489)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Valor Adicionado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2025	Controladora 2024 Reapresentado	Consolidado 2025	Consolidado 2024 Reapresentado
Receitas				
Receita de serviços	–	–	2.324.834	1.499.159
Receitas relativas à construção de ativos próprios	11.916	11.313	290.553	291.019
Outras receitas (despesas)	44	(217)	(60.942)	(5.626)
Constituição (reversão) de provisão para perdas	–	–	537	(1.965)
Insumos adquiridos de terceiros:				
Custo dos serviços prestados	–	–	(702.660)	(676.985)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(44.940)	(36.260)	(172.503)	(163.839)
Construção de ativos próprios	(11.916)	(11.313)	(290.553)	(291.019)
Valor adicionado (consumido) bruto	**(44.896)**	**(36.477)**	**1.389.266**	**650.744**
Depreciação e amortização	(10.433)	(14.340)	(371.933)	(373.823)
Valor adicionado (consumido) recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	504.461	(329.243)	24.057	7.439
Receitas financeiras	300.016	80.469	422.235	530.054
Valor adicionado das operações continuadas a distribuir	**749.148**	**(299.591)**	**1.463.625**	**814.414**
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir	**(201.424)**	**25.207**	**(65.797)**	**131.231**
Valor adicionado total a distribuir	**547.724**	**(274.384)**	**1.397.828**	**945.645**
Pessoal:	**51.597**	**46.529**	**334.949**	**274.372**
Remuneração direta	16.963	20.919	232.063	200.625
Benefícios	30.990	22.224	89.979	63.581
FGTS	3.644	3.386	12.907	10.166
Tributos:	**1.861**	**29.501**	**267.935**	**119.065**
Federais	1.777	29.463	221.414	82.796
Estaduais	84	38	8.114	8.317
Municipais	–	–	38.407	27.952
Remuneração de capitais terceiros:	**635.184**	**219.001**	**800.235**	**1.015.599**
Juros s/ empréstimos, outorga e outros	196.006	139.419	272.656	305.710
Atualizações monetárias e cambiais	34.352	31.715	65.571	647.793
Outros	404.826	47.867	462.008	62.096
Remuneração de capitais próprios:	**60.506**	**(594.622)**	**60.506**	**(594.622)**
Lucro (Prejuízo) do exercício	60.506	(594.622)	60.506	(594.622)
Valor adicionado das operações continuadas distribuído	**749.148**	**(299.591)**	**1.463.625**	**814.414**
Valor adicionado das operações descontinuadas distribuído	**(201.424)**	**25.207**	**(65.797)**	**131.231**
Valor adicionado distribuído	**547.724**	**(274.384)**	**1.397.828**	**945.645**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2025	Controladora 2024 Reapresentado	Consolidado 2025	Consolidado 2024 Reapresentado
Prejuízo líquido do exercício	(140.918)	(569.415)	(140.918)	(569.415)
Outros resultados abrangentes:				
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado:				
Efeito na conversão de investimentos em moeda estrangeira	(106.663)	207.789	(106.663)	207.789
Hedge accounting de instrumentos financeiros	–	(49.308)	–	(49.308)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	24.823	–	24.823
Total	**(106.663)**	**183.304**	**(106.663)**	**183.304**
Itens que não poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado:				
Realização de hedge accounting de instrumentos financeiros na venda de controladas	240.047	–	240.047	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(80.149)	–	(80.149)	–
Total	**159.898**	**–**	**159.898**	**–**
Resultado abrangente do exercício	**(87.683)**	**(386.111)**	**(87.683)**	**(386.111)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

				Reservas de capital e outros		Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial		
	Nota explicativa	Capital social	Custo na emissão de ações	Ágio na emissão de ações	Opções outorgadas	Prejuízo acumulado Reapresentado	Ajustes acumulados de conversão	Ajuste de instrumentos financeiros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**1.359.469**	**(24.885)**	**4.401**	**37.883**	**(326.660)**	**468.728**	**(135.413)**	**1.383.523**
Ajuste de períodos anteriores	4.2	–	–	–	–	51.533	–	–	51.533
Saldo em 01 de janeiro de 2024		**1.359.469**	**(24.885)**	**4.401**	**37.883**	**(275.127)**	**468.728**	**(135.413)**	**1.435.056**
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	(569.415)	–	–	(569.415)
Plano de incentivo de longo prazo	20.2	–	–	–	2.947	–	–	–	2.947
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	207.789	(24.485)	183.304
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**1.359.469**	**(24.885)**	**4.401**	**40.830**	**(844.542)**	**676.517**	**(159.898)**	**1.051.892**
Aumento de capital	1.1.2	1.200.000	–	–	–	–	–	–	1.200.000
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		–	–	–	–	(140.918)	–	–	(140.918)
Plano de incentivo de longo prazo	20.2	–	–	–	(2.157)	–	–	–	(2.157)
Prescrição do direito de exercício das opções	20.2	–	–	–	(29.775)	29.775	–	–	–
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	(106.663)	159.898	53.235
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**2.559.469**	**(24.885)**	**4.401**	**8.898**	**(955.685)**	**569.854**	**–**	**2.162.052**

(*) Efeito apresentado líquido de imposto de renda e contribuição social diferido.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

… continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

Demonstrações de Fluxo de Caixa – Método Indireto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora 2025	Controladora 2024 Reapresentado	Consolidado 2025	Consolidado 2024 Reapresentado
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido do período	60.506	(594.622)	60.506	(594.622)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial (nota 9.2)	(504.461)	329.243	(24.057)	(7.439)
Amortização de ativos de direito de uso (nota 12.2)	504	1.086	50.021	58.335
Depreciações e amortizações (nota 10.2 e 11.2)	9.930	13.365	321.912	315.488
Juros, variações monetárias e cambiais	339.867	121.499	337.856	580.144
Imposto de renda e contribuição social – Corrente e Diferido (nota 25.3)	(6.747)	19.592	131.837	3.249
Efeito de hedge accounting na receita líquida (nota 22)	–	–	6.906	69.994
Baixa de ativos imobilizado e intangível (nota 10 e 11)	291	425	11.335	39.185
Baixa de direito de uso, líquido do passivo de arrendamento (nota 12)	(61)	–	(6.040)	(2.312)
Baixa de ativos por perda (Impairment) (nota 10)	–	–	–	88.524
Plano incentivo de longo prazo com ações restritas (nota 20)	(1.884)	2.947	(1.884)	2.947
Demais provisões e ajustes	361	3.933	(3.533)	16.458
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	–	–	21.281	(38.876)
Estoques	–	–	(709)	(66.754)
Impostos a recuperar	(7.943)	(2.294)	(23.745)	3.202
Partes relacionadas	(4.884)	1.531	(576)	(1.401)
Outros ativos	(4.223)	(4.415)	(33.218)	(73.554)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	4.451	(6.861)	(10.203)	(20.558)
Obrigações sociais e trabalhistas	11.896	(12.365)	21.114	(35.260)
Obrigações tributárias	(4.466)	40	(18.889)	31.104
Outras contas a pagar	(3.569)	18.176	123.843	11.531
Outras contas a pagar com partes relacionadas	3.353	–	4.997	3.227
Dividendos recebidos de controladas, coligadas e controladas em conjunto	127.100	–	8.705	2.705
Pagamentos de contingências	–	–	(2.196)	–
Impostos de renda e contribuição social pagas	–	–	(803)	(79.570)
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais continuadas	**20.021**	**(108.720)**	**974.460**	**305.747**
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais descontinuadas	**14.082**	**96.235**	**81.185**	**(183.865)**
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais total	**34.103**	**(12.485)**	**1.055.645**	**121.882**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aplicações financeiras, líquidas de resgates	–	1.073	(364.093)	104.867
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(20.738)	(9.568)	(316.677)	(303.386)
Ganhos por venda de ativo imobilizado e intangível	175	–	175	–
Custos com admissão inicial do arrendamento	–	–	(2.396)	(3.719)
Nota comercial entre partes relacionadas	(107.182)	–	–	–
Mútuos entre partes relacionadas				
Mútuos concedidos	(562.446)	–	(140)	–
Recebimento de amortização de principal	15.287	–	4.110	–
Recebimento de juros	16.915	–	–	–
Caixa recebido na venda de investimentos	192.871	–	192.871	–
Aumento de capital em controladas	(1.571.022)	(500)	–	–
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento continuadas	**(2.036.140)**	**(8.995)**	**(486.150)**	**(202.238)**
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento descontinuadas	**(45.082)**	**–**	**(49.210)**	**(5.558)**
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento total	**(2.081.222)**	**(8.995)**	**(535.360)**	**(207.796)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.773.346	–	1.773.343	–
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(409.511)	(2.487)	(2.242.837)	(2.486)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(226.641)	(96.235)	(353.634)	(262.288)
Pagamento de contratos de arrendamentos				
Principal	(648)	(1.124)	(78.721)	(74.521)
Juros pagos	(82)	(99)	(6.821)	(8.337)
Mútuo obtidos entre partes relacionadas				
Captação de mútuos obtidos	271.040	160.000	–	–
Amortização de principal obtidos	(296.316)	–	–	–
Pagamento de juros sobre mútuos obtidos	(38.052)	–	–	–
Aumento de capital recebido	700.000	–	700.000	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	500.000	–	500.000
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos – Hedge	(147.260)	–	(147.260)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**1.625.876**	**560.055**	**(355.930)**	**152.368**
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento descontinuadas	**–**	**(96.235)**	**(64.796)**	**202.810**
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento total	**1.625.876**	**463.820**	**(420.726)**	**355.178**
Efeito das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	–	–	(4.762)	55.267
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(421.243)**	**442.340**	**94.797**	**324.531**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	509.430	67.090	988.450	663.919
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	88.187	509.430	1.083.247	988.450
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(421.243)**	**442.340**	**94.797**	**324.531**
Transações sem efeito caixa:				
Adições e remensurações em ativos de direito de uso e arrendamentos a paga	255	2.313	28.098	94.143
Aquisições de imobilizado e intangível sem efeito caixa	1.609	2.212	28.449	26.843

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Hidrovias do Brasil S.A. em conjunto com suas controladas ("Companhia" ou coletivamente "Hidrovias") é uma Companhia anônima de capital aberto com sua sede na capital do estado de São Paulo, Brasil, localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1343 – 7º andar, bairro Bela Vista. A Companhia foi constituída em 18 de agosto de 2010, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Hidrovias possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão – B3), listada no segmento do Novo Mercado sob o código HBSA3. A Companhia é controladora direta e indireta de empresas de capital fechado e têm como objeto social exercer atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas abaixo: (a) Transporte de mercadorias. (b) Construção e exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos. (c) Navegação fluvial e marítima, cabotagem e armazenamento de mercadorias. (d) Prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros. (e) Outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social. A Companhia e suas subsidiárias operam em quatro terminais portuários, com capacidade total de carregamento de 16,7 milhões de toneladas por ano e uma estação de transbordo, estrategicamente localizados, além da frota hidroviária atual, que conta com 484 barcaças de carga, 24 empurradores principais, 7 empurradores auxiliares, sendo distribuída de forma a atender às demandas específicas dos clientes, garantindo flexibilidade operacional para diferentes rotas e tipos de carga. Essa estrutura permite rápidas adaptações às condições de mercado e à demanda de transporte. A Companhia é controlada pela Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), a qual detém indiretamente 58,74% de participação nas ações ordinárias do capital social. A Ultrapar é uma Companhia anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque ("NYSE") por meio da *American Depositary Receipts* ("ADRs") nível III sob o código UGP. **1.1. Principais eventos do período: 1.1.1 Venda da Cabotagem:** Em 27 de fevereiro de 2025, a Companhia celebrou contrato para a venda de sua operação de navegação costeira (Cabotagem) à Companhia de Navegação Norsul. A venda da operação de cabotagem reforça o foco no posicionamento estratégico da Companhia, permitindo a otimização do seu portfólio de negócios e a concentração de esforços nos investimentos de maior atratividade estratégica e sinergia operacional, além da contribuição imediata com a redução do seu nível de alavancagem financeira. Em 3 de novembro de 2025, a Companhia anunciou a conclusão da operação de venda da totalidade das ações da Cabotagem, após conclusão de todas as condições precedentes. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 4.1. **1.1.2 Processo de aumento de capital:** Em 05 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou a homologação total do aumento do capital social da Hidrovias originalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2025 e rerratificado em Reunião do Conselho de Administração realizadas em 04 de março de 2025 ("Aumento de Capital"), em razão da verificação da subscrição e integralização de 600.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, que conferem os mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de emissão por ação de R$ 2,00. Com a homologação do Aumento de Capital, a Ultra Logística Ltda. ("Ultra logística") passou a deter ações ordinárias da Companhia, representativas de aproximadamente 50,0% do capital social total da Companhia, resultando na consolidação originária de controle da Companhia. A Companhia está reapresentando suas demonstrações financeiras comparativas, devido a mudança de algumas de suas práticas contábeis, em consonância àquelas adotadas pelo acionista controlador. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 4.2. **1.2. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** As mudanças climáticas figuram entre os principais riscos globais para economias e modelos de negócio, conforme indicado por organismos internacionais, como o *World Economic Fórum* (WEF). Para a Hidrovias do Brasil, esses riscos estão associados, principalmente, à variabilidade hidrológica, à maior frequência de eventos climáticos extremos e a potenciais riscos de transição, com reflexos à perenidade operacional e efeitos econômicos e contábeis ao longo do tempo. Diante desse contexto, a Companhia atua de forma estruturada na gestão de riscos climáticos, fortalecendo sua resiliência operacional por meio de uma estratégia consistente de adaptação. A Hidrovias busca continuamente aprimorar as condições de navegação e adaptar suas operações e ativos às variações dos rios e do clima, garantindo a perenidade e a segurança no negócio. A Hidrovias do Brasil é referência em transporte hidroviário, reconhecido por sua elevada eficiência energética e menor intensidade de carbono por tonelada de carga transportada, quando comparado aos modais rodoviário e o ferroviário. Em termos de emissões, o transporte hidroviário pode emitir até 70% menos CO^2 em relação ao modal rodoviário e cerca de 30% menos quando comparado ao ferroviário. Na prática, a Companhia oferece uma solução logística sustentável e integrada, com capacidade de conexão entre modais, contribuindo para a redução das emissões e descarbonização do setor de transportes. Para sustentar essa estratégia, a Companhia mantém um Programa de Gerenciamento de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que contempla iniciativas contínuas de monitoramento, capacitação, engajamento interno, auditorias, acompanhamento de metas e implementação de projetos de mitigação, bem como o reporte sistemático das informações. O inventário corporativo de emissões é verificado por terceira parte independente e divulgado no âmbito do Programa Brasileiro do *GHG Protocol*, na categoria ouro. **1.3. Participações societárias:** A Companhia possui participações societárias nas seguintes entidades legais:

				31/12/2025		31/12/2024	
				% Participação		% Participação	
Denominação	**Atividade principal**	**Segmento**	**País**	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. ("HB Vila do Conde") (1) (2)	Armazenamento e elevação de carga e transporte fluvial	Corredor Norte	Brasil	100%	–	1%	99%
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. ("HB Holding Norte") (2)	Participação no capital de outras sociedades	Corredor Norte	Brasil	–	–	100%	–
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda. ("HB Intermediação") (2)	Intermediação e agenciamento de serviços	Corredor Norte	Brasil	–	–	100%	–
Hidrovias do Brasil – Administração Portuária de Santos S.A. ("HB Santos") (2)	Movimentação e armazenagem	Santos	Brasil	100%	–	–	100%
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. ("HB Cabotagem") (3)	Transporte marítimo de cabotagem	Cabotagem	Brasil	–	–	100%	–
Hidrovias del Sur S.A. ("Hidrovias del Sur")	Participação no capital de outras sociedades	Corredor Sul	Uruguai	100%	–	100%	–
Baloto S.A. ("Baloto")	Participação no capital de outras sociedades	Corredor Sul	Uruguai	3%	97%	3%	97%
Girocantex S.A. ("Girocantex")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Uruguai	–	100%	–	100%
Cikelsol S.A. ("Cikelsol")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Uruguai	–	100%	–	100%
Resflir S.A. ("Resflir")	Arrendamento de ativos de navegação	Corredor Sul	Uruguai	–	100%	–	100%
Hidrovias del Paraguay S.A. ("Hidrovias del Paraguay")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Paraguai	0%	100%	0%	100%
Pricolpar S.A. ("Pricolpar")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Paraguai	0%	100%	0%	100%
Hidrovias Navegación Fluvial S.A. ("Navegación")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Paraguai	95%	5%	95%	5%
Hidrovias South America BV ("Hidrovias South America")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Holanda	100%	–	100%	–
Baden S.A. ("Baden")	Administração portuária	Joint Venture	Paraguai	50%	–	50%	–
Limday S.A. ("Limday")	Transporte fluvial	Joint Venture	Uruguai	–	45%	–	45%
Obrinel S.A. ("Obrinel")	Terminal especializado de carga	Joint Venture	Uruguai	–	49%	–	49%
Hidrovias International Finance S.à.r.l. ("Finance")	Agenciamento de operações financeiras	Outros	Luxemburgo	100%	–	100%	–

(1) Em 2 de dezembro de 2024 as investidas HB Marabá e Via Grãos foram incorporadas pela HB Vila do Conde. Decorrente da incorporação, a controladora passou a deter 1% do capital social da HB Vila do Conde. **(2)** Em 2025 as investidas HB Intermediação e HB Holding Norte foram incorporadas pela HB Vila do Conde e Hidrovias do Brasil S.A, respectivamente. Decorrente da incorporação, a controladora passou a deter 100% do capital social da HB Vila do Conde e HB Santos. **(3)** As informações do segmento Cabotagem estão apresentadas como Operação Descontinuada conforme nota explicativa nº 4, cuja alienação por venda ocorreu em 03 de novembro de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – 2.1 Base de preparação: Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 02 de março de 2026 e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Aplicamos a Orientação Técnica OCPC 7 (R1) e a Resolução CVM nº 189/2023, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda, quando existentes, são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto se expresso de outra forma. A moeda funcional das controladas no Uruguai, Paraguai, Holanda e Luxemburgo é o Dólar norte-americano. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o Real são contabilizados no patrimônio líquido como "Outros resultados abrangentes". Transações em moeda diferente da funcional são convertidas para a respectiva moeda funcional pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda diferente da funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. As informações financeiras de controladas no exterior (Paraguai, Uruguai, Luxemburgo e Holanda) estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional para a moeda de apresentação, através dos seguintes procedimentos: • Os ativos e passivos foram convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do balanço; • O patrimônio líquido foi convertido a valor histórico de formação; e • Receitas e despesas foram convertidas utilizando-se a taxa média mensal. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão apresentadas juntamente com cada rubrica. Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 2.4 – Consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; • Nota explicativa nº 22.1 – Reconhecimento de receita; As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 7 – Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; • Nota explicativa nº 10 – Vida útil dos ativos imobilizados; • Nota explicativa nº 16 – Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais; • Nota explicativa nº 25 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, evidências obtidas de terceiros são analisadas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 20 – Programas de incentivo de longo prazo; • Nota explicativa nº 26 – Gestão de riscos. **2.4 Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Poder sobre a investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • Capacidade de utilizar seu poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se detém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto. • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não controladoras. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota 1.2 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas em sua respectiva rubrica. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas que tenham sido derivadas de transações entre essas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.5 Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **2.6 Demonstração do fluxo de caixa:** A Companhia e suas controladas apresentam os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos e apresentam as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates na atividade de investimento e os dividendos recebidos nas atividades operacionais. **2.7 Políticas contábeis materiais: 2.7.1 Redução ao valor recuperável de ativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

… continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As estimativas para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como risco e inadimplência quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento": • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A estimativa para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adota a política de avaliar a necessidade de baixa do valor contábil bruto com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas (exceto estoques e ativos fiscais diferidos) são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis – 3.1 Normas e políticas emitidas aplicadas pela primeira vez em 2025: Uma série de novas normas se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21: Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis e destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **Alterações ao CPC 18 (R3)/IAS 28: Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB para harmonizar as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **3.2 Normas e políticas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor. **Alterações ao CPC 26/ IFRS 18: Apresentação das demonstrações contábeis:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. Além disso, a norma passou a exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2027. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2027. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

4. Operação descontinuada e reapresentação das demonstrações financeiras – 4.1 Controladas mantidas para venda e operação descontinuada: Em 27 de fevereiro de 2025 a Companhia assinou o contrato de venda da totalidade das ações da HB – Cabotagem ("Cabotagem") para a Companhia de Navegação Norsul ("Norsul"). A operação de cabotagem foi adquirida pela Companhia em 2016 para execução de contrato dedicado ao transporte de bauxita da mina de Porto Trombetas à refinaria de alumina do cliente, em Barcarena, com vencimento em 2034. O valor total de venda ("*enterprise value*") é de R$ 715 milhões, sendo R$ 195 milhões referentes ao valor do patrimônio ("*equity value*") e R$ 521 milhões de saldo de dívida, com data base de 31 de dezembro de 2024. O pagamento foi realizado à vista, na data de fechamento da transação, e esteve sujeito aos ajustes de preço usuais deste tipo de transação, incluindo ajustes no capital de giro. A transação foi aprovada pelo CADE sem restrições em 16 de abril de 2025. Em 3 de novembro de 2025, a Companhia anunciou a conclusão da operação de venda da totalidade das ações da Cabotagem, após conclusão de todas as condições precedentes. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou o resultado decorrente da conclusão da operação, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Valor total do contrato de compra e venda da Cabotagem	**715.378**
Saldo de dívida no balanço de referência	(520.553)
Preço de venda da operação	**194.825**
Ajustes preliminar de capital de giro e dívida líquida	(1.954)
Valor recebido na conclusão da operação	**192.871**
Custo na baixa do investimento	(317.635)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa	(98.062)
Impairment reconhecido no período[1]	108.667
Resultado com a venda de investimentos antes do efeito da cessação da depreciação	**(114.159)**
Cessação da depreciação	(25.297)
Resultado com a venda de investimentos após o efeito da depreciação	**(139.456)**
Imposto de renda e contribuição social diferido	(36.947)
Resultado na venda de investimentos, líquido	**(176.403)**

[1] A Companhia realizou o teste de *impairment* dos ativos e identificou uma diferença entre o valor da transação e o valor contábil dos ativos, sendo assim, reconheceu no resultado do período o montante líquido do imposto de renda de R$ 71.720 referente à redução do valor recuperável, mesmo na ausência de evidência de deterioração operacional dos ativos. A redução ao valor recuperável dos ativos foi atribuída integralmente ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e o remanescente atribuído a outros ativos da Companhia. Dessa forma, o efeito do *impairment* foi reconhecido na composição da baixa do investimento na data da conclusão da operação.

4.1.1 Os resultados do exercício e os fluxos de caixa da operação descontinuada em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados a seguir:

	Cabotagem	Eliminações e ajustes (a)	Resultado na Venda de Investimento	Total
Receita líquida de vendas e serviços	196.812	–	–	196.812
Custos dos serviços prestados	(169.121)	32.694	–	(136.427)
Lucro bruto	**27.691**	**32.694**	**–**	**60.385**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(10.508)	5.635	–	(4.873)
Outras receitas e (despesas) operacionais	12.226	–	(139.456)	(127.230)
Perdas por *impairment*	–	(108.667)	–	(108.667)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	**29.409**	**(70.338)**	**(139.456)**	**(180.385)**
Receitas financeiras	116.455	–	–	116.455
Despesas financeiras	(119.532)	–	–	(119.532)
Resultado financeiro líquido	**(3.077)**	**–**	**–**	**(3.077)**
Resultado operacional e antes do imposto de renda e contribuição social	**26.332**	**(70.338)**	**(139.456)**	**(183.462)**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(2.135)	–		(2.135)
Diferido	(2.795)	23.915	(36.947)	(15.827)
Prejuízo do exercício	**21.402**	**(46.423)**	**(176.403)**	**(201.424)**

(a) Refere-se à alocação do *impairment* reconhecido pela controladora Hidrovias do Brasil S.A. e cessação de depreciação do período.

Fluxo de caixa das operações descontinuadas	Cabotagem	Eliminações e ajustes	Operações Descontinuadas 31/12/2025
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais	81.185	–	81.185
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(49.210)	–	(49.210)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(50.046)	(14.750)	(64.796)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(18.071)**	**(14.750)**	**(32.821)**

Na controladora, na demonstração do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2025, os resultados de equivalência patrimonial da Cabotagem, líquidos de transações com partes relacionadas, foram reclassificados como Operação Descontinuada no montante de R$ 201.424. **4.2 Reapresentação das demonstrações financeiras:** Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Erro e CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras comparativas referente aos doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2024 devido aos seguintes fatores: • Efeito da operação descontinuada da Cabotagem. Vide nota explicativa nº 4.1 • A rubrica de "receita líquida de vendas e serviços" deve conter o efeito do *Hedge Accounting* – Vila do Conde correspondente a parcela da variação cambial da receita objeto do hedge e reconhecida no período. Dessa maneira, a Companhia está reapresentando os valores de 31 de dezembro de 2024, reclassificando a parcela não correspondente a variação cambial da receita do período para o resultado financeiro. • Classificação de Outorgas de áreas portuárias como Direito de Uso e Arrendamentos a Pagar, anteriormente apresentando como Intangível e Outorgas a pagar, em alinhamento às práticas contábeis do controlador. • Apresentação dos juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures no fluxo de caixa de financiamentos, anteriormente apresentados como fluxo de caixa operacionais, em alinhamento às práticas contábeis do acionista controlador. • Reconhecimento de créditos tributários de períodos anteriores identificados em 2025 e reconhecimento de atualização monetária sobre os saldos de créditos fiscais. • Mudança de prática com relação à alíquota utilizada na constituição de imposto de renda diferido, em alinhamento às práticas contábeis do acionista controlador. • Reclassificação entre os saldos de curto e longo prazo de empréstimos de períodos anteriores. Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial, demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado estão apresentados a seguir:

Balanço patrimonial – Ativo	Controladora			Consolidado		
	2024 Divulgado	Ajustes	2024 Reapresentado	2024 Divulgado	Ajustes	2024 Reapresentado
Impostos a recuperar	13.768	4.718	18.486	220.046	27.351	247.397
Demais rubricas do ativo circulante	541.249	–	541.249	1.487.172	–	1.487.172
Total do ativo circulante	**555.017**	**4.718**	**559.735**	**1.707.218**	**27.351**	**1.734.569**
Ativos fiscais diferidos	21.314	–	21.314	164.331	77.723	242.054
Investimentos	2.222.533	99.318	2.321.851	135.146	–	135.146
Intangível	26.456	–	26.456	305.377	(75.628)	229.749
Bem de direito de uso	3.021	–	3.021	262.957	75.628	338.585
Demais rubricas do ativo não circulante	53.977	–	53.977	4.591.659	–	4.591.659
Total do ativo não circulante	**2.327.301**	**99.318**	**2.426.619**	**5.459.470**	**77.723**	**5.537.193**
Total do ativo	**2.882.318**	**104.036**	**2.986.354**	**7.166.688**	**105.074**	**7.271.762**

Balanço patrimonial – Passivo	Controladora			Consolidado		
	2024 Divulgado	Ajustes	2024 Reapresentado	2024 Divulgado	Ajustes	2024 Reapresentado
Obrigações tributárias	5.104	219	5.323	97.139	1.257	98.396
Obrigação com concessão – outorga	–	–	–	22.171	(22.171)	–
Passivo de arrendamento	749	–	749	50.231	22.171	72.402
Empréstimos, financiamentos e debêntures	98.837	(66.796)	32.041	1.332.005	(66.796)	1.265.209
Demais rubricas de passivo circulante	535.813	–	535.813	889.131	–	889.131
Total do passivo circulante	**640.503**	**(66.577)**	**573.926**	**2.390.677**	**(65.539)**	**2.325.138**
Passivo de arrendamento	2.433	–	2.433	243.343	–	243.343
Empréstimos, financiamentos e debêntures	908.817	66.796	975.613	3.471.917	66.796	3.538.713
Demais rubricas de passivo não circulante	382.490	–	382.490	112.676	–	112.676
Total do passivo não circulante	**1.293.740**	**66.796**	**1.360.536**	**3.827.936**	**66.796**	**3.894.732**
Prejuízo acumulado	(948.359)	103.817	(844.542)	(948.359)	103.817	(844.542)
Demais rubricas de patrimônio líquido	1.896.434	–	1.896.434	1.896.434	–	1.896.434
Total do patrimônio líquido	**948.075**	**103.817**	**1.051.892**	**948.075**	**103.817**	**1.051.892**
Total do passivo	**2.882.318**	**104.036**	**2.986.354**	**7.166.688**	**105.074**	**7.271.762**

Balanço patrimonial – Ativo	Controladora			Consolidado		
	01/01/2024 Divulgado	Ajustes	01/01/2024 Reapresentado	01/01/2024 Divulgado	Ajustes	01/01/2024 Reapresentado
Impostos a recuperar	11.474	3.451	14.925	181.186	20.301	201.487
Demais rubricas do ativo circulante	102.351	–	102.351	1.139.037	–	1.139.037
Total do ativo circulante	**113.825**	**3.451**	**117.276**	**1.320.223**	**20.301**	**1.340.524**
Ativos fiscais diferidos	45.207	–	45.207	117.961	23.991	141.952
Investimentos	2.401.393	40.690	2.442.083	102.026	–	102.026
Intangível	28.183	–	28.183	331.398	(79.379)	252.019
Bem de direito de uso	1.794	–	1.794	226.474	79.379	305.853
Demais rubricas do ativo não circulante	4.122	–	4.122	4.057.385	–	4.057.385
Depósitos judiciais	32.383	7.921	40.304	93.580	8.562	102.142
Total do ativo não circulante	**2.513.082**	**48.611**	**2.561.693**	**4.928.824**	**32.553**	**4.961.377**
Total do ativo	**2.626.907**	**52.062**	**2.678.969**	**6.249.047**	**52.854**	**6.301.901**

Balanço patrimonial – Passivo	Controladora			Consolidado		
	01/01/2024 Divulgado	Ajustes	01/01/2024 Reapresentado	01/01/2024 Divulgado	Ajustes	01/01/2024 Reapresentado
Obrigações tributárias	5.064	529	5.593	64.871	1.321	66.192
Imposto de renda e contribuição social	–	–	–	87.636	–	87.636
Passivo de arrendamento	994	–	994	28.979	18.117	47.096
Obrigação com concessão – outorga	–	–	–	18.117	(18.117)	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	80.905	(45.895)	35.010	210.457	(45.895)	164.562
Demais rubricas de passivo circulante	50.004	–	50.004	333.163	–	333.163
Total do passivo circulante	**136.967**	**(45.366)**	**91.601**	**743.223**	**(44.574)**	**698.649**
Obrigação com concessão – outorga	–	–	–	20.875	(20.875)	–
Passivo de arrendamento	1.019	–	1.019	208.609	20.875	229.484
Empréstimos, financiamentos e debêntures	908.585	45.895	954.480	3.809.278	45.895	3.855.173
Demais rubricas de passivo não circulante	196.813	–	196.813	83.539	–	83.539
Total do passivo não circulante	**1.106.417**	**45.895**	**1.152.312**	**4.122.301**	**45.895**	**4.168.196**
Prejuízo acumulado	(326.660)	51.533	(275.127)	(326.660)	51.533	(275.127)
Demais rubricas de patrimônio líquido	1.710.183	–	1.710.183	1.710.183	–	1.710.183
Total do patrimônio líquido	**1.383.523**	**51.533**	**1.435.056**	**1.383.523**	**51.533**	**1.435.056**
Total do passivo	**2.626.907**	**52.062**	**2.678.969**	**6.249.047**	**52.854**	**6.301.901**

Demonstração do resultado	Controladora				Consolidado			
	2024 Divulgado	Operações Descontinuadas Cabotagem	Ajustes	2024 Reapresentado	2024 Divulgado	Operações Descontinuadas Cabotagem	Ajustes	2024 Reapresentado
Operações continuadas								
Receita líquida de vendas e serviços	–	–	–	–	1.352.406	223.309	(303.327)	1.432.424
Custos dos serviços prestados	–	–	–	–	(1.345.997)	(180.702)	(2.402)	(1.162.893)
Lucro bruto	**–**	**–**	**–**	**–**	**6.409**	**42.607**	**(305.729)**	**269.531**
Receitas (despesas) operacionais								
Gerais e administrativas	(107.039)	–	–	(107.039)	(302.263)	(15.607)	–	(286.656)
Resultado de equivalência patrimonial	(362.664)	25.207	(58.628)	(329.243)	7.439	–	–	7.439
Perdas por *impairment*	–	–	–	–	(88.524)	–	–	(88.524)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	–	–	–	–	(1.965)	–	–	(1.965)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(216)	–	–	(216)	9.429	15.082	–	(5.653)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	**(469.919)**	**25.207**	**(58.628)**	**(436.498)**	**(369.475)**	**42.082**	**(305.729)**	**(105.828)**
Receitas financeiras	87.122	–	6.653	80.469	561.239	29.818	63	531.358
Despesas financeiras	(219.310)	–	(309)	(219.001)	(754.069)	(41.733)	304.567	(1.016.903)
Resultado financeiro líquido	**(132.188)**	**–**	**6.344**	**(138.532)**	**(192.830)**	**(11.915)**	**304.630**	**(485.545)**
Resultado operacional e antes do imposto de renda e contribuição social	**(602.107)**	**25.207**	**(52.284)**	**(575.030)**	**(562.305)**	**30.167**	**(1.099)**	**(591.373)**
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	4.302	–	–	4.302	(80.941)	(11)	2.548	(83.478)
Diferido	(23.894)	–	–	(23.894)	21.547	(4.949)	(53.733)	80.229
Lucro (Prejuízo) de operações continuadas	**(621.699)**	**25.207**	**(52.284)**	**(594.622)**	**(621.699)**	**25.207**	**(52.284)**	**(594.622)**
Operações descontinuadas	–	(25.207)	–	25.207	–	(25.207)	–	25.207
Lucro (Prejuízo) do período	**(621.699)**	**–**	**(52.284)**	**(569.415)**	**(621.699)**	**–**	**(52.284)**	**(569.415)**

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

	Controladora			
Demonstração do fluxo de caixa	**2024 Divulgado**	**Operações Descontinuadas Cabotagem**	**Ajustes**	**2024 Reapresentado**
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais	(204.955)	96.235	–	(108.720)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(8.995)	–	–	(8.995)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	656.290	(96.235)	–	560.055
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**442.340**	**–**	**–**	**442.340**

	Consolidado			
Demonstração do fluxo de caixa	**2024 Divulgado**	**Operações Descontinuadas Cabotagem**	**Ajustes**	**2024 Reapresentado**
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais	121.882	(97.386)	281.251	305.747
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(207.796)	8.263	(2.705)	(202.238)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	355.178	75.736	(278.546)	152.368
Efeito das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	55.267	–	–	55.267
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**324.531**	**(13.387)**	**–**	**311.144**

	Controladora			
Demonstração do valor adicionado	**2024 Divulgado**	**Operações Descontinuadas Cabotagem**	**Ajustes**	**2024 Reapresentado**
Valor adicionado (consumido) bruto	(36.477)	–	–	(36.477)
Depreciação e amortização	(14.340)	–	–	(14.340)
Valor adicionado (consumido) recebido em transferência	(275.542)	(25.207)	51.975	(248.774)
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	**(326.359)**	**(25.207)**	**51.975**	**(299.591)**
Pessoal	46.529	–	–	46.529
Tributos	29.501	–	–	29.501
Remuneração de capitais terceiros	219.310	–	(309)	219.001
Remuneração de capitais próprios	(621.699)	(25.207)	52.284	(594.622)
Valor adicionado distribuído	**(326.359)**	**(25.207)**	**51.975**	**(299.591)**

	Consolidado			
Demonstração do valor adicionado	**2024 Divulgado**	**Operações Descontinuadas Cabotagem**	**Ajustes**	**2024 Reapresentado**
Valor adicionado (consumido) bruto	491.237	(146.223)	305.730	650.744
Depreciação e amortização	(418.633)	44.810	–	(373.823)
Valor adicionado (consumido) recebido em transferência	568.678	(29.818)	(1.367)	537.493
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	**641.282**	**(131.231)**	**304.363**	**814.414**
Pessoal	303.208	(28.836)	–	274.372
Tributos	205.704	(35.455)	(51.184)	119.065
Remuneração de capitais terceiros	754.069	(41.733)	303.263	1.015.599
Remuneração de capitais próprios	(621.699)	(25.207)	52.284	(594.622)
Valor adicionado distribuído	**641.282**	**(131.231)**	**304.363**	**814.414**

Na controladora, na demonstração do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2024, os resultados de equivalência patrimonial da Cabotagem, líquidos de transações com partes relacionadas, foram reclassificados como Operação Descontinuada no montante de R$ 25.207.

5. Caixa e equivalentes de caixa (Controladora e Consolidado) – 5.1 Política contábil: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **5.2 Composição dos saldos:** Os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa possuem rentabilidade através de aplicações automáticas, compromissadas e aplicações com prazo definido contratadas nos bancos de movimento, com liquidez diária e baixa probabilidade de mudanças significativas de valor.

	Controladora		Consolidado	
Natureza	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Caixa e equivalentes de caixa – Registrado nas empresas do Brasil	88.187	509.430	412.381	683.558
Caixa e equivalentes de caixa – Registrado nas empresas do exterior	–	–	670.866	304.892
Total de caixa e equivalentes de caixa	**88.187**	**509.430**	**1.083.247**	**988.450**

6. Títulos e valores mobiliários (Controladora e Consolidado) – 6.1 Política contábil: Os investimentos e aplicações financeiras que não se enquadram na classificação de caixa e equivalentes de caixa são apresentados como aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários) em rubrica segregada no balanço patrimonial. Os saldos mantidos em títulos e valores mobiliários consistem em aplicações financeiras contratadas junto a instituições financeiras, como títulos públicos, privados, outros valores mobiliários e caixa restrito das operações. As aplicações possuem rentabilidade previamente definida e atrelada aos índices de mercado, com prazos determinados e liquidez não imediata. A classificação dos instrumentos financeiros ativos ocorreu conforme os modelos de gerenciamento da Companhia e suas controladas e está apresentada na nota explicativa nº 26.

6.2 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
Natureza	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Aplicações em Títulos Públicos [a]	–	–	415.723	61.804
Fundo de investimento Multimercado	–	–	1.102	3.021
Fundo Renda Fixa [b]	–	–	–	18.032
Nota comercial[c]	116.665	–	–	–
Caixa Restrito[d]	–	–	28.182	–
Total de títulos e valores mobiliários	**116.665**	**–**	**445.007**	**82.857**
Total circulante	–	–	29.284	64.826
Total não circulante	116.665	–	415.723	18.031

(a) Representam investimentos em aplicações lastreadas em Tesouro Brasileiro. (b) Refere-se substancialmente a caixa restrito, dado em garantia à operação de financiamento do BNDES, da controlada Hidrovias do Brasil – Cabotagem. (c) Em 2025, a Companhia realizou uma aplicação financeira no valor de R$ 107.182 por meio da aquisição de nota comercial emitida por sua controlada direta Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., com vencimento em junho de 2030, remunerada à taxa de CDI + 1% ao ano. (d) Refere-se ao caixa restrito por sua controlada direta Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. do benefício do AFRMM, vide maiores detalhes na nota explicativa 28.

7. Contas a receber de clientes (Consolidado) – 7.1 Política contábil: Contas a receber de clientes representam valores a receber pela venda de serviços prestados pelas controladas da Companhia, sendo registrados pelo valor nominal faturado na data da venda. A Companhia e suas controladas constitui provisão para perdas em contas a receber de clientes o montante vencido há mais de 180 dias. Ainda, vale ressaltar que são constituídas provisões para perdas de contas a receber para os títulos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor, a análise prospectiva e análises históricas de perda verificadas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. O montante da provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

7.2 Composição dos saldos

	Consolidado	
	2025	**2024**
Contas a receber registradas pelas controladas no exterior	60.142	82.592
Contas a receber registradas pelas controladas no Brasil	52.445	117.680
Subtotal	**112.587**	**200.272**
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	(11.686)	(13.466)
Total	**100.901**	**186.806**
Circulante	100.901	183.606
Não circulante	–	3.200

7.3 Contas a receber por idade de vencimento: A estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito dos clientes com baixa probabilidade de realização:

	Consolidado	
	2025	**2024**
A vencer	80.651	152.272
Vencidos até 30 dias	15.912	32.557
Vencido de 31 a 60 dias	1.193	1.181
Vencidos de 61 a 90 dias	106	–
Vencidos de 91 a 120 dias	3.039	497
Vencidos de 121 a 180 dias	–	507
Vencidos há mais de 180 dias	11.686	13.258
Total	**112.587**	**200.272**

Mapa de movimentação da estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo inicial	**(13.466)**	**(9.008)**
Constituição	(1.415)	(2.150)
Reversão	1.616	–
Baixas	336	185
Ajuste de conversão	1.243	(2.493)
Saldo final	**(11.686)**	**(13.466)**

8. Impostos a recuperar (Controladora e Consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024 Reapresentado**	**2025**	**2024 Reapresentado**
IRPJ/CSLL [a]	18.781	16.979	163.107	240.402
IRRF s/ aplicação financeira [b]	7.913	1.480	22.573	15.356
PIS/COFINS [c]	–	27	2.031	11.203
IVA [d]	–	–	1.510	3.314
ISS	–	4	837	843
ICMS	–	–	1.460	3.139
Outros Impostos	–	–	4.181	3.836
Total	**26.694**	**18.490**	**195.699**	**278.093**
Circulante	26.694	18.486	195.461	247.397
Não circulante	–	4	238	30.696

(a) Os saldos de IRPJ e CSLL registrados no ativo circulante referem-se, principalmente, a saldos negativos de IRPJ e às antecipações mensais (estimativas) efetuadas no âmbito do regime de lucro real, conforme previsto na legislação tributária vigente. Esses valores incluem ainda retenções na fonte relativas a serviços prestados pela Companhia e suas controladas. Os saldos negativos decorrem do fato de que, em determinados períodos, as antecipações realizadas foram superiores aos tributos apurados ao final do exercício, gerando créditos a serem compensados com outros tributos federais ou restituídos, conforme regulamentação aplicável. Os créditos decorrentes de antecipações e retenções também são passíveis de utilização mediante compensação com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ou por meio de pedido de restituição e ressarcimento, observado o procedimento estabelecido pela legislação fiscal. (b) As retenções sofridas em decorrência de rendimentos de aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, são reconhecidas conforme informações prestadas pelas instituições financeiras. (c) Os saldos de PIS e COFINS decorrem, principalmente, dos créditos apurados no regime não cumulativo, calculados sobre serviços contratados e insumos utilizados nas operações da Companhia. Esses créditos incluem, entre outros, valores relacionados a serviços tomados, insumos operacionais, aluguéis, combustíveis e demais dispêndios considerados necessários à atividade-fim da Companhia. Os créditos são utilizados para compensação mensal com os débitos de PIS e COFINS apurados sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços. Eventuais excedentes podem ser compensados com outros tributos federais, por meio de PER/DCOMP, observando-se o prazo de até cinco anos para sua utilização, conforme regulamentação aplicável. (d) O saldo de IVA registrado no ativo decorre, principalmente, da aquisição de insumos e serviços utilizados nas operações das subsidiárias localizadas no Paraguai e no Uruguai. As empresas Hidrovias Del Paraguay, Pricolpar, Cikelsol, Baloto, Resflir, Hidrovias South America e Hidrovias Navegación Fluvial estão sujeitas às legislações locais de IVA, que permitem a recuperação dos créditos gerados nas compras vinculadas às atividades operacionais.

9. Investimentos (Controladora e Consolidado) – 9.1 Política contábil: As demonstrações financeiras individuais da controladora são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. Considera-se controlada a entidade sobre a qual a Companhia detém controle, caracterizado pelo poder de dirigir as atividades relevantes da investida, exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, bem como a capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor desses retornos. Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em tais controladas. Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimento controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. **9.2 Composição dos saldos:** Abaixo estão demonstradas a composição dos investimentos e equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 por empresa:

		Informações das entidades em 31/12/2025		Investimento		Controladora Resultado de Equivalência	
	Participação no capital social %	**Patrimônio líquido**	**Lucro (prejuízo) líquido**	**2025**	**2024 Reapresentado**	**2025**	**2024 Reapresentado**
Controladas diretas							
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. [1]	100%	–	135.147	–	1.306.807	135.147	(34.720)
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A. [1]	100%	–	–	–	–	–	(275)
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda. [1]	100%	–	1.782	–	28.976	1.782	2.040
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	100%	–	–	–	195.997	–	–
Via Grãos [1]	100%	–	–	–	–		92
Hidrovias Del Sur S.A.	100%	2.149.735	257.400	2.149.735	585.348	257.400	(107.704)
Hidrovias Navegación Fluvial S.A.	95%	223.013	15.888	211.862	18.814	15.093	(197.689)
Hidrovias International Finance S.à.r.l.	100%	2.703	2.550	2.703	2.254	2.550	1.033
Hidrovias South America B.V.	100%	14.710	6.373	14.710	151.675	6.373	14.051
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. [1]	100%	1.571.364	268.005	1.571.364	9.682	105.788	(363)
Hidrovias Adm Portuária Santos S.A. [2]	100%	(9.592)	(39.325)	(9.592)	–	(18.517)	–
Controladas indiretas							
Baloto S.A.	97%	100.141	22.030	3.465	3.038	762	79
Pricolpar S.A.	100%	135.374	5.856	14	13	1	(3)
Controlados em conjunto							
Baden S.A.	50%	19.825	(2.695)	9.912	12.667	(1.347)	(45)
Mais valia de investimento							
Baden S.A. – Mais-valia	–	–	–	1.845	2.010	(165)	(165)
Hidrovias South America B.V.– Mais-valia	–	–	–	–	–	–	(5.168)
Outros investimentos							
Contrato de concessão Baloto	–	–	–	4.163	4.570	(406)	(406)
Total dos investimentos [2]				**3.960.181**	**2.321.851**	**504.461**	**(329.243)**

(1) Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 1.2. (2) Valor corresponde a R$ 9.592 da investida Hidrovias Adm Portuária Santos S.A. foi reclassificado para rubrica de Provisão para perda em investimento do passivo.

		Informações das entidades em 31/12/2025		Investimento		Consolidado Resultado de Equivalência	
	Participação no capital social %	**Patrimônio líquido**	**Lucro (prejuízo) líquido**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Controlados em conjunto							
Limday S.A.	44,55%	30.666	10.891	13.662	19.814	4.849	5.844
Obrinel S.A.	49,00%	205.810	46.656	100.847	89.241	21.454	2.305
Baden S.A.	50,00%	19.825	(2.695)	9.912	12.667	(1.347)	(45)
Mais valia sobre investimentos							
Limday	–	–	–	7.389	8.854	(493)	(165)
Outros investimentos							
Contrato de concessão Baloto	–	–	–	4.164	4.570	(406)	(500)
Total dos investimentos				**135.974**	**135.146**	**24.057**	**7.439**

A composição e movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2024 – Reapresentado	**2.442.083**	**102.026**
Aumento de capital	500	–
Ajuste de avaliação patrimonial – *Hedge*	(24.485)	–
Ajuste de avaliação patrimonial – resultado de conversão de moeda (CTA)	207.789	25.681
Resultado de equivalência patrimonial das operações continuadas	(329.243)	7.439
Resultado de equivalência patrimonial das operações descontinuadas	25.207	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024 – Reapresentado	**2.321.851**	**135.146**
Reclassificação de ativos mantido para vendas	(195.997)	–
Incorporação de controladas	(14.076)	–
Dividendos recebidos de controladas, coligadas e controladas em conjunto	(127.100)	(8.705)
Reflexo de ajuste de avaliação patrimonial – Hedge	6.683	–
Ajuste de avaliação patrimonial- resultado de conversão de moeda (CTA)	(106.663)	(14.524)
Resultado de equivalência patrimonial das operações continuadas	504.461	24.057
Aumento/redução de capital em controladas	1.571.022	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3.960.181**	**135.974**

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das controladas diretas e indiretas:

	31 de dezembro de 2025				
	Total de ativos	**Total de passivos**	**Patrimônio líquido**	**Lucro (Prejuízo) das empresas do período**	**Receitas líquidas**
Controladas diretas					
Hidrovias Del Sur S.A.	2.160.568	10.833	2.149.735	257.400	–
Hidrovias International Finance S.à r.l.	1.074.023	1.071.320	2.703	2.550	–
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	2.806.688	1.235.324	1.571.364	268.005	1.107.270
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	–	–	–	1.782	6.088
Hidrovias South America B.V.	40.043	25.333	14.710	6.373	14.530
Hidrovias Navegación Fluvial S.A.	846.906	623.893	223.013	15.888	281.031
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.	–		–	135.147	–
Hidrovias Adm Portuária Santos S.A.	575.630	585.225	(9.595)	(39.325)	152.891
Controladas indiretas					
Baloto S.A.	101.924	1.783	100.141	22.030	–
Pricolpar S.A.	198.657	63.283	135.374	5.856	60.876
Controladas em conjunto					
Baden S.A.	19.981	56	19.825	(2.695)	1.215
Limday S.A.	56.639	28.974	30.666	10.891	42.497
Obrinel S.A.	788.270	582.460	205.810	46.656	128.492

	31 de dezembro de 2024 – Reapresentado				
	Total de ativos	**Total de passivos**	**Patrimônio líquido**	**Lucro (Prejuízo) das empresas do período**	**Receitas líquidas**
Controladas diretas					
Hidrovias Del Sur S.A.	729.378	144.030	585.348	(107.704)	–
Hidrovias International Finance S.à r.l.	3.890.120	3.887.866	2.254	1.033	–
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	–	–	–	(275)	–
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	785.214	589.217	195.997	25.206	223.309
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	31.661	2.685	28.976	2.040	15.676
Hidrovias South America B.V.	193.277	41.602	151.675	14.051	34.287
Hidrovias Navegación Fluvial S.A.	971.023	951.219	19.804	(208.094)	183.422
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.	1.208.265	776	1.207.489	(93.347)	–
Via Grãos S.A.	–	–	–	92	–
Controladas indiretas					
Baloto S.A.	89.276	1.492	87.784	2.283	–
Pricolpar S.A.	243.649	115.287	128.362	(35.044)	39.445
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	2.763.843	1.620.184	1.143.659	(42.873)	835.103
Controladas em conjunto					
Baden S.A.	19.902	35	19.687	387	4.404
Limday S.A.	33.973	5.354	28.619	9.960	37.901
Obrinel S.A.	682.701	546.277	136.424	2.017	67.259

10. Imobilizado (Controladora e Consolidado) – 10.1 Política contábil: Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

10.2 Composição dos saldos: A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada abaixo:

					Controladora	
	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	674	664	397	8.685	791	11.211
Adições	–	–	–	299	9.260	9.559
Baixas	(673)	(601)	–	(292)	–	(1.566)
Transferências	6.575	1.295	–	189	(8.059)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**6.576**	**1.358**	**397**	**8.881**	**1.992**	**19.204**
Depreciação acumulada:						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(371)	(379)	(370)	(6.335)	–	(7.455)
Adições	(488)	(226)	(35)	(1.261)	–	(2.010)
Baixas	517	450	–	133	–	1.100
Transferências	–	–	8	(8)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(342)**	**(155)**	**(397)**	**(7.471)**	**–**	**(8.365)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	**6.234**	**1.203**	**–**	**1.410**	**1.992**	**10.839**
Taxa anual de depreciação – %	10-15	10-20	10-15	20-25	–	

					Controladora	
	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	583	511	395	8.250	–	9.739
Adições	–	–	–	247	1.225	1.472
Transferências	91	153	2	188	(434)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**674**	**664**	**397**	**8.685**	**791**	**11.211**
Depreciação acumulada:						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(121)	(151)	(344)	(5.085)	–	(5.701)
Adições	(250)	(228)	(26)	(1.250)	–	(1.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(371)**	**(379)**	**(370)**	**(6.335)**	**–**	**(7.455)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	**303**	**285**	**27**	**2.350**	**791**	**3.756**
Taxa anual de depreciação – %	10-15	10-20	10-15	20-25	–	

									Consolidado	
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurradores, barcaças, navios	Imobilizado em andamento	Total
Custo:										
Saldo em 31 de dezembro de 2024	116.612	733.701	178.461	3.521	720.746	45.294	921	4.355.236	186.469	6.340.961
Transferência para ativo disponível para venda		–	(512)	(242)	(53.738)	(273)	–	(482.329)	(4.351)	(541.445)
Adições	–	–	418	144	448	1.192	–	25.750	270.876	298.828
Baixas	–	(2.936)	(2.857)	(601)	(9.882)	(338)	–	–	(4.252)	(20.866)
Transferências	–	5.541	33.937	1.596	35.362	7.478	–	109.113	(190.646)	2.381
Ajuste de conversão	–	–	(8.119)	(95)	(7.226)	(673)	11	(338.902)	(2.904)	(357.908)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**116.612**	**736.306**	**201.328**	**4.323**	**685.710**	**52.680**	**932**	**3.668.868**	**255.192**	**5.721.951**
Depreciação acumulada:										
Saldo em 31 de dezembro de 2024		– (216.469)	(56.005)	(1.215)	(413.407)	(22.002)	(908)	(1.337.885)		– (2.047.891)
Transferência para ativo disponível para venda	–	–	201	16	34.976	223	–	167.187	–	202.603
Adições	–	(30.471)	(17.860)	(544)	(72.502)	(8.605)	(3)	(172.295)	–	(302.280)
Baixas	–	992	1.616	450	8.486	141	–	–	–	11.685
Transferências	–	–	97	–	16	(8)	–	(105)	–	–
Ajuste de conversão	–	–	3.126	37	2.449	153	(11)	112.255	–	118.009
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**– (245.948)**	**(68.825)**	**(1.256)**	**(439.982)**	**(30.098)**	**(922)**	**(1.230.843)**		**– (2.017.874)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	**116.612**	**490.358**	**132.503**	**3.067**	**245.728**	**22.582**	**10**	**2.438.025**	**255.192**	**3.704.077**
Taxa anual de depreciação – %	–	4-5	10-15	10-20	10-15	20-25	25-40	4-6	–	–

(*) Considera as transferências de imobilizado para intangível no montante de R$ 2.381.

									Consolidado	
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurradores, barcaças, navios	Imobilizado em andamento	Total
Custo:										
Saldo em 31 de dezembro de 2023	93.371	732.823	129.009	3.941	674.573	34.856	1.330	3.625.570	155.688	5.451.161
Adições	23.241	–	154	706	3.149	2.553	14	13.843	269.915	313.575
Baixas	–	–	(4.757)	(35)	(17.205)	(232)	(308)	(1.519)	(25.142)	(49.198)
Reversão (constituição) de Impairment	–	–	–	–	–	–	–	(90.322)	1.798	(88.524)
Transferências (*)	–	878	42.120	(1.239)	45.770	7.145	–	132.792	(220.173)	7.293
Ajuste de conversão	–	–	11.935	148	14.459	972	(115)	674.872	4.383	706.654
Custo em 31 de dezembro 2024	**116.612**	**733.701**	**178.461**	**3.521**	**720.746**	**45.294**	**921**	**4.355.236**	**186.469**	**6.340.961**
Depreciação acumulada:										
Saldo em 31 de dezembro de 2023		– (186.553)	(37.043)	(712)	(343.035)	(14.926)	(1.208)	(947.074)		– (1.530.551)
Adições	–	(29.916)	(18.341)	(499)	(73.350)	(6.897)	(130)	(187.501)	–	(316.634)
Baixas	–	–	2.456	27	8.491	209	308	407	–	11.898
Transferências	–	–	797	32	(865)	36	–	–		–
Ajuste de conversão	–	–	(3.874)	(63)	(4.648)	(424)	122	(203.717)	–	(212.604)
Depreciação acumulada em 31 de dezembro 2024		**– (216.469)**	**(56.005)**	**(1.215)**	**(413.407)**	**(22.002)**	**(908)**	**(1.337.885)**		**– (2.047.891)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	**116.612**	**517.232**	**122.456**	**2.306**	**307.339**	**23.292**	**13**	**3.017.351**	**186.469**	**4.293.070**
Taxa anual de depreciação – %	–	4-5	10-15	10-20	10-15	20-25	25-40	4-6	–	–

(*) Considera as transferências de imobilizado para intangível no montante de R$ 7.293

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – "*impairment*": O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC (unidade geradora de caixa). O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, bem como os fluxos de caixa foram estimados considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. O crescimento da receita projetada levou em consideração os contratos de *"Take or Pay"* de longo prazo. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação projetada para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e são atualizados pela taxa de inflação projetada. Os valores atribuídos às principais premissas para determinação do valor em uso, representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia, incluindo a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros. A taxa de desconto real foi estimada com base na taxa média ponderada do custo de capital ("*WACC*") foi de 12,3% em 31 de dezembro de 2025 (9,5% em 31 de dezembro de 2024). Foi considerado uma taxa de crescimento consistente com a inflação de longo prazo estimada em 3,8% em 31 de dezembro de 2025 (4% em 31 de dezembro 2024) em cada UGC. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Administração avaliou a existência de indicativos de *Impairment* de seus ativos, e não identificou indícios de não recuperabilidade em seus ativos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia identificou indícios de não recuperabilidade de um ativo de navegação utilizado para transporte de minério no Corredor Sul devido a mudanças estratégicas com relação ao referido ativo, registrando à época, o montante de R$ 90.322 referentes a diferença entre o valor recuperável do ativo e seu valor contábil. A Companhia considerou o valor em uso do ativo como seu valor recuperável e utilizou em sua estimativa uma taxa de desconto que refletia a taxa média ponderada do custo de capital, equivalente a 11,6%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas mudanças nas premissas ou estimativas de recuperabilidade que indicassem reversão da perda por *impairment* reconhecida em exercícios anteriores, razão pela qual nenhuma reversão foi registrada no resultado do exercício (R$ 1.798 em 31 de dezembro de 2024), devido mudanças na estimativa de recuperabilidade dos ativos.

11. Intangível (Controladora e Consolidado) – 11.1 Política contábil: Ágio: As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis: à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia mensura o ágio como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de cinco anos. **11.2 Composição dos saldos:** A composição e movimentação do ativo intangível da controladora em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

				Controladora
	Software	Contratos	Intangível em andamento	Total
Custo:				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	78.107	3	14.985	93.095
Adições	–	–	10.576	10.576
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**78.107**	**3**	**25.561**	**103.671**
Amortização acumulada:				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(66.636)	(3)	–	(66.639)
Adições	(7.920)	–	–	(7.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(74.556)**	**(3)**	**–**	**(74.559)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	**3.551**	**–**	**25.561**	**29.112**
Taxa anual de amortização – %	20	(*)	–	–

				Controladora
	Software	Contratos	Intangível em andamento	Total
Custo:				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	75.826	1.645	6.958	84.429
Adições	220	–	10.088	10.308
Baixas	–	(1.642)	–	(1.642)
Transferências	2.061	–	(2.061)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**78.107**	**3**	**14.985**	**93.095**
Amortização acumulada:				
Saldo em 31 de dezembro 2023	(55.189)	(1.056)	–	(56.245)
Adições	(11.447)	(164)	–	(11.611)
Baixas	–	1.217		1.217
Saldo em 31 de dezembro 2024	**(66.636)**	**(3)**	**–**	**(66.639)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	**11.471**	**–**	**14.985**	**26.456**
Taxa anual de amortização – %	20	(*)	–	–

A composição e movimentação do ativo intangível do consolidado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

						Consolidado
	Software	Contratos (b)	Ágio (a)	Intangível em andamento	Mais Valia	Total
Custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	129.639	169.535	73.121	29.315	21.846	423.456
Transferência para ativo disponível para venda	(917)	(161.293)	(73.121)	–	–	(235.331)
Adições	–	–	–	18.880	–	18.880
Baixas	–	–	–	(2.204)	–	(2.204)
Transferências (*)	4.425	–	–	(6.806)	–	(2.381)
Ajuste de conversão	(706)	(917)	–	(38)	–	(1.661)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**132.441**	**7.325**	**–**	**39.147**	**21.846**	**200.759**
Amortização acumulada:						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(96.885)	(76.988)	–	–	(19.834)	(193.707)
Transferência para ativo disponível para venda	810	71.686	–	–	–	72.496
Adição	(17.979)	(1.487)	–	–	(167)	(19.633)
Ajuste de conversão	479	613	–	–	–	1.092
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(113.575)**	**(6.176)**	**–**	**–**	**(20.001)**	**(139.752)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	**18.866**	**1.149**	**–**	**39.147**	**1.845**	**61.007**
Taxa anual de amortização – %	20-50	5	–	–	–	

(*) Considera as transferências de imobilizado para intangível no montante de R$ 2.381.

							Consolidado
	Software	Contratos (b)	Ágio (a)	Intangível em andamento	Mais Valia	Marcas e Patentes	Total
Custo:							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	120.842	169.379	73.121	23.875	21.846	87	409.150
Adições	232	–	–	24.727	–	–	24.959
Baixas	(2.648)	(1.642)	–	(1.457)	–	(89)	(5.836)
Transferências (*)	10.734	–	–	(18.027)	–	–	(7.293)
Ajuste de conversão	479	1.798	–	197	–	2	2.476
Custo em 31 de dezembro 2024	**129.639**	**169.535**	**73.121**	**29.315**	**21.846**	**–**	**423.456**
Amortização acumulada:							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(75.907)	(66.635)	–	–	(14.502)	(87)	(157.131)
Adição	(23.633)	(10.560)	–	–	(5.332)	–	(39.525)
Baixas	2.644	1.218	–	–	–	89	3.951
Ajuste de conversão	11	(1.011)	–	–	–	(2)	(1.002)
Saldo em 31 de dezembro 2024	**(96.885)**	**(76.988)**	**–**	**–**	**(19.834)**	**–**	**(193.707)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	**32.754**	**92.547**	**73.121**	**29.315**	**2.012**	**–**	**229.749**
Taxa anual de amortização – %	20-50	25	–	–	–	–	

(*) Considera as transferências de imobilizado para intangível no montante de R$ 7.293. (a) **Ágio:** O ágio apresentado está fundamento na expectativa de rentabilidade futura que estava atrelado ao segmento de Cabotagem da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo foi reclassificado para ativo disponível para venda, devido a transação de compra e venda do segmento Cabotagem à Norsul. Para maiores informações, vide nota explicativa nº4. O ágio não amortizável no valor de R$ 73.121 é resultante da aquisição através da controlada que está sendo apresentado como operação descontinuada Hidrovias do Brasil – Cabotagem S.A. ("HB Cabotagem") da Log-In – Logística Intermodal S.A. ("Log-In") dos direitos e obrigações de um contrato comercial de transporte de bauxita. A redução ao valor recuperável dos ativos foi atribuída integralmente ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e o remanescente atribuído a outros ativos da Companhia. (b) **Contratos:** Direito de exclusividade sobre empurrador e barcaça GNL, adquirido pela Girocantex S.A. com início em 30 de junho de 2023 e prazo de 5 anos, podendo ao vencimento ser um ativo da Companhia ou vendido para um terceiro no montante de USD 1.331 (R$ 6.414).

12. Direito de uso e passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado) – 12.1 Política contábil: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento, mensurado através do valor presente das parcelas futuras, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos, mais custos diretos associados ao contrato de arrendamento. Ativos de direito de uso incluem os valores referentes às outorgas de arrendamentos de áreas portuárias. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Companhia e suas controladas não possuem a intenção de comprar esses ativos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

12.2 Composição dos saldos: A composição e movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada abaixo:

12.2.1 Direito de uso

					Consolidado – Reapresentado
	Imóveis	Embarcações	Equipamentos	Veículos	Área portuária	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	**189.116**	**29.889**	**7.470**	**–**	**79.378**	**305.853**
Constituição e remensuração de contratos	15.788	72.102	4.225	2.028	–	94.143
Admissão Temporária[a]	–	3.719	–	–	–	3.719
Baixas	–	(10.984)	–	–	–	(10.984)
Amortização	(9.936)	(42.923)	(6.224)	(610)	(3.750)	(63.443)
Efeitos de conversão	(22.482)	31.471	–	308	–	9.297
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	**172.486**	**83.274**	**5.471**	**1.726**	**75.628**	**338.585**
Constituição e remensuração de contratos	11.931	2.616	12.644	907	–	28.098
Admissão Temporária [a]	–	2.396	–	–	–	2.396
Baixas	(2.732)	(19.720)	(122)	–	–	(22.574)
Amortização	(9.933)	(30.253)	(5.989)	(1.030)	(3.686)	(50.891)
Efeitos de conversão	(820)	(5.898)	–	(163)	–	(6.881)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	**170.932**	**32.415**	**12.004**	**1.440**	**71.942**	**288.733**

(a) Trata-se da permissão da permanência de bens estrangeiros no país, por prazo determinado, com suspensão de tributos ou com pagamento proporcional deles, em relação ao tempo de permanência.

12.2.2 Passivo de arrendamento: Abaixo a movimentação dos passivos de arrendamentos:

	Consolidado
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	**315.745**
Constituição e remensuração de contratos	28.098
Apropriação de encargos financeiros	25.807
Pagamento de contraprestação	(78.721)
Pagamento de juros	(6.821)
Baixas	(28.614)
Efeitos de conversão	(8.354)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	**247.140**
Circulante	23.341
Não circulante	223.799
	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**276.580**
Constituição e remensuração de contratos	94.143
Apropriação de encargos financeiros	28.967
Pagamento de contraprestação	(74.521)
Pagamento de juros	(8.337)
Baixas	(13.296)
Efeitos de conversão	12.209
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**315.745**
Circulante	72.402
Não circulante	243.343

Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamentos não descontado a valor presente:

Ano	**Consolidado**
Até 1 ano	46.569
De 1 a 2 anos	27.855
De 2 a 3 anos	27.411
De 3 a 4 anos	22.832
De 4 a 5 anos	22.887
Mais de 5 anos	328.625
Passivos de arrendamentos	**476.179**

12.2.3 Efeitos de inflação e Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar – divulgações requeridas pela CVM no ofício SNC/SEP 02/2019: Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº02/19 e ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº01/20, com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, são apresentados a seguir os saldos comparativos do ativo de direito de uso líquido, passivo de arrendamento e juros do arrendamento, considerando a projeção da inflação, assim a Companhia estimou os efeitos de inflação nos contratos de arrendamento do Consolidado em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo real		
Direito de uso	288.733	338.585
Total de direito de uso	**288.733**	**338.585**
Passivo de arrendamento	476.179	556.740
Encargos financeiros	(229.039)	(240.994)
Total do passivo de arrendamento	**247.140**	**315.746**
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	511.720	480.379
Total de direito de uso	**511.720**	**480.379**
Passivo de arrendamento	606.801	703.893
Encargos financeiros	(321.983)	(334.587)
Total do passivo de arrendamento	**284.818**	**369.306**

A seguir é apresentado quadro indicativo do Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido sobre os pagamentos das contraprestações de arrendamentos, calculados com base na alíquota de 9,25% de acordo com a legislação tributária brasileira para o período findo em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
Fluxo de caixa	**Nominal**	**Valor presente**	**Nominal**	**Valor presente**
Contraprestação do arrendamento	449.038	226.404	465.148	234.883
PIS/COFINS potencial (9,25%)	41.536	20.942	43.026	21.727
Contraprestação a pagar PY/UY	27.141	20.736	91.592	80.863

13. Fornecedores (Controladora e Consolidado)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fornecedores registrados pelas controladas no Brasil	11.159	7.314	64.946	85.570
Fornecedores registrados pelas controladas no exterior	–	–	74.000	77.555
Total	**11.159**	**7.314**	**138.946**	**163.125**

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures (Controladora e Consolidado) – 14.1 Política contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado referem-se aos passivos designados como itens objeto de hedge. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação e amortizados no resultado levando em consideração o prazo do empréstimo, pelo método da taxa efetiva de juros.

14.2 Composição de dívida

Descrição	Vencimento	Moeda	Índice	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Bond 2031	2031	USD	4,95%	–	–	1.062.868	2.333.184
Bond 2025	2025	USD	5,95%	–	–	–	942.208
1ª Emissão de Debêntures	2031	BRL	IPCA+6,0%	466.762	445.390	466.762	445.390
2ª Emissão de Debêntures	2029	BRL	CDI+2,2%	536.665	526.600	536.665	526.600
4ª Emissão de Debêntures	2031	BRL	CDI+0,75%	1.387.552	–	1.387.552	–
BNDES	2033	USD	2,5%/3,9%	–	–	–	520.553
FINEP	2032	BRL	TJLP + 1%	27.150	35.664	27.150	35.664
Notas de crédito de exportação	2026	BRL	4,99%	–	–	–	323
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures				**2.418.129**	**1.007.654**	**3.480.997**	**4.803.922**
Circulante				**51.349**	**32.041**	**67.059**	**1.265.209**
De 1 a 2 anos				169.082	197.500	165.875	266.477
De 2 a 3 anos				633.069	237.474	629.861	303.394
De 3 a 4 anos				304.148	369.192	300.940	534.854
De 4 a 5 anos				137.622	79.167	134.414	189.100
Mais de 5 anos				1.122.859	92.280	2.182.848	2.244.888
Não circulante				**2.366.780**	**975.613**	**3.413.938**	**3.538.713**

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**989.490**	**4.019.735**
Juros	114.549	285.533
Amortização custo de captação	2.337	12.323
Pagamento de principal	(2.487)	(61.964)
Pagamento de juros	(96.235)	(278.546)
Efeito de conversão	–	709.469
Efeito de Hedge	–	115.598
Variação cambial	–	1.774
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.007.654**	**4.803.922**
Reclassificação para passivos mantidos para venda	–	(520.553)
Ganho na recompra de Bonds	–	(71.277)
Captação	1.782.000	1.782.000
Juros	267.159	329.867
Custo de captação	(8.654)	(8.654)
Amortização custo de captação	6.122	36.006
Pagamento de principal	(409.511)	(2.242.837)
Pagamento de juros (1)	(226.641)	(353.634)
Efeito de conversão	–	(232.035)
Variação cambial	–	(41.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.418.129**	**3.480.997**

(1) Os juros pagos estão sendo apresentados nas atividades de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. **14.2.1 Bonds 2025 e 2031:** Em 24 de janeiro de 2018, a Companhia captou, através de sua subsidiária em Luxemburgo, um Bond no valor de USD 600.000 (R$ 1.934.940), com vencimento em 24 de janeiro de 2025. O valor foi reconhecido líquido do custo de captação de USD 5.100 (R$ 16.305) e foi amortizado de acordo com a vigência do contrato. Em janeiro de 2025 a Companhia liquidou integralmente os saldos do Bond 2025, por meio de recursos advindos do AFAC da Ultra Logística e da 3ª emissão de debêntures. Em 8 de fevereiro de 2021, a Companhia, através da sua subsidiária em Luxemburgo, fez a emissão de um Bond no valor de USD 500.000 (R$ 2.683.500), com vencimento em 8 de fevereiro de 2031. Os recursos dessa emissão foram usados para recomprar aproximadamente 75% do Bond 2025, emitido em 24 de janeiro de 2018. O valor contabilizado está líquido do custo de captação USD 3.050 (R$ 16.867) e está sendo amortizado de acordo com a vigência do contrato. Os saldos reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 levam em consideração as recompras de Bonds realizadas pela Companhia em 2020 e 2022 (para maiores informações, vide nota explicativa nº 14.5). **14.2.2 Debêntures:** Em 15 de outubro de 2021, a Companhia fez a sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no montante total de R$ 380.000 e prazo de vencimento de 7 anos contados da data de emissão para as debêntures da primeira série e 10 anos contados da data de emissão para as debêntures da segunda série. Os recursos captados com a emissão foram destinados para o projeto de implantação e adequação de infraestrutura do Terminal STS20 no Porto de Santos/SP. Em 20 de julho de 2022, a Companhia fez sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no montante total de R$ 500.000, e prazo de vencimento de cinco anos contados da data de emissão para as debêntures da primeira série e sete anos contados da data de emissão para as debêntures da segunda série. Os recursos captados com a emissão foram destinados para a otimização da estrutura de capital da Companhia. Em 15 de janeiro de 2025, a Companhia efetuou sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160 de 2022, da Lei nº 6.385/1976, no montante total de R$400.000. A Companhia resgatou as debêntures antecipadamente em sua totalidade através da 4ª emissão de debêntures em 12 de junho de 2025. Em 12 de junho de 2025, a Companhia efetuou sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160 de 2022, da Lei nº 6.385/1976, no montante total de R$ 1.382.000, com vencimento em 12 de junho de 2031. Esta emissão foi destinada a reperfilamento das dívidas da Companhia, sendo usada para a recompra total da 3ª emissão de debêntures e recompra parcial do Bond 2031. **14.2.3 Financiamentos – FINEP:** Em dezembro de 2021, a Companhia, na qualidade de financiada, e a sua subsidiária Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., na qualidade de interveniente executora, celebraram contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep ("Finep"), cujo objeto é o financiamento para projeto de inovação tecnológica, no valor total R$ 37.719, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em setembro de 2021. A Companhia, em 26 de abril de 2022, recebeu a primeira parcela de referido financiamento, no valor total líquido de R$ 19.548 e em 26 de maio de 2023 recebeu a segunda parcela no valor total líquido de R$ 17.691. **14.3 Garantias:** Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Companhia através de avais, notas promissórias ou depósitos em contas bancárias. Os Bonds têm aval das empresas Hidrovias do Brasil S.A., Hidrovias del Sur S.A., Cikelsol S.A., Pricolpar S.A., Hidrovias del Paraguay S.A., Girocantex S.A., Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., e Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. A 4ª emissão de debêntures da Companhia possui fiança da Ultrapar para a totalidade dos títulos emitidos, com custo de 0,375% a.a. e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 11 de dezembro de 2025. **14.4 Cláusulas restritivas:** A Companhia possui covenants financeiros contratuais atrelados às Debêntures que não aceleram a dívida em caso de descumprimento, mas restringem a Companhia de emitir novas dívidas e distribuir dividendos. ***Covenant* Financeiro atrelado aos contratos de Debêntures:** A Companhia, através das 1ª e 2ª Emissões de Debêntures realizadas pela Controladora, possui *covenant* financeiro de alavancagem ("dívida líquida sobre EBITDA"), calculado de forma consolidada e que deve ser igual ou inferior a 4,5x em 2022, (b) 4,0x entre 1º janeiro de 2023 até dezembro de 2023 e (c) 3,5x a partir 1º de janeiro de 2024 até a data de vencimento das respetivas emissões. O não cumprimento do *covenant* não acelera o pagamento da dívida e não é considerado default. Contudo, a Companhia passa a ter restrições para captar novas dívidas além daquelas permitidas pelas cláusulas restritivas das escrituras de emissão e fica restrita ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios estabelecido pelo seu estatuto social. A Companhia não espera impactos em curto e médio prazos em suas operações e acredita que não precisará de empréstimos ou capital de giro adicionais aos já permitidos pelas cláusulas restritivas das Escrituras de Emissões das Debêntures, para cumprir suas obrigações. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu aos índices financeiros (covenants) estabelecidos em seus contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia permaneceu acima dos índices mencionados, o que resultou em restrições contratuais à realização de novas captações de dívida e à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, conforme estabelecido no estatuto social. **14.5 Recompras de Bond:** Conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de maio de 2025, foi aprovado um novo programa de recompras com recursos advindos da 4ª Emissão de Debêntures. Em junho de 2025, a Companhia, através de sua subsidiária em Luxemburgo (Hidrovias International Finance) recomprou o valor agregado de USD 172.886 (R$ 946.949) do principal em aberto do Bond 2031, gerando um ganho de R$ 71.277 que impactou o resultado financeiro. Com a recompra, o Bond 2031 passou a não possuir *covenant* financeiro atrelado.

15. Obrigações sociais e trabalhistas (Controladora e Consolidado)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Provisão para bônus e gratificações	25.035	12.343	49.354	30.377
Férias e encargos	4.867	5.401	16.602	18.737
INSS a recolher	1.007	1.046	5.368	5.470
IRRF a recolher	1.110	1.314	2.843	3.202
FGTS a recolher	340	359	835	1.299
Total	**32.359**	**20.463**	**75.002**	**59.085**

16. Processos judiciais (Consolidado) – 16.1 Política contábil: As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para refletir uma obrigação presente para os riscos que possuam valores que possam ser estimados de forma confiável, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista e que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. O ativo contingente é divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos. **16.2 Composição dos saldos:** A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo assuntos de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Com base nas informações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída esperada de recursos. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

	Tributário	Trabalhista	Cível	Consolidado Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**7.164**	**14.834**	**25.606**	**47.604**
Adições	88	8.121	2.018	10.227
Atualização	292	3.137	328	3.757
Pagamentos	–	(5.355)	(38)	(5.393)
Baixas	(7.544)	(10.055)	(546)	(18.145)
Ajuste de conversão	–	92	–	92
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**10.774**	**27.368**	**38.142**
Adições	874	4.047	417	5.338
Atualização	–	1.283	82	1.365
Pagamentos	–	(1.896)	(300)	(2.196)
Baixas	(874)	(7.934)	(746)	(9.554)
Ajuste de conversão	–	(100)	–	(100)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**6.174**	**26.821**	**32.995**
Passivo circulante				5.884
Passivo não circulante				27.111

As provisões de processos cíveis estão relacionadas a pedido de tutela de evidência recebido em 2023 e pedidos de indenização por estadia onde a Companhia figura como corresponsável. Os processos trabalhistas têm como objeto pedidos relacionados especialmente ao adicional de navegação, além de processos de terceiros nos quais a Companhia ou suas controladas figuram como responsável solidária ou subsidiária. **16.3 Processos judiciais com risco de perda possível:** A Companhia e suas controladas são partes em outros processos de natureza tributária, cível, trabalhista e regulatória/ ambiental, para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, classificou o risco de perda como possível e, portanto, uma vez que não é considerada provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar tais obrigações, nenhuma provisão foi constituída:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Tributário	100.940	319.982
Trabalhista	16.149	10.416
Cível	6.949	5.894
Regulatório/ Ambiental	5.223	5.208
Total	**129.261**	**341.500**

Trabalhista: Reclamatórias trabalhistas referentes a adicional de navegação, além de processos de terceiros nos quais a Companhia figura como responsável solidária ou subsidiária, que se encontram na esfera judicial ou administrativa, em fases processuais diversas. **Cível:** Representado por ações com pedidos de indenização relativas à responsabilidade solidária a transportadoras rodoviárias cobrando a estadia no descarregamento. **Tributário:** Processos judiciais e administrativos relacionados à taxa de trânsito e circulação de veículos de grande porte (TCFT) no município de Itaituba e apresentação de Relatório Analítico mensal da movimentação de caminhões carregados no município (Lei Municipal nº 3.534/2020). A controlada da Companhia defende que o contribuinte previsto na legislação é a pessoa física ou jurídica que utiliza veículos de grande porte para transitar carregado dentro do território municipal, ou seja, o proprietário da carga, sendo indevida a cobrança da controlada da Companhia. Nesse mesmo sentido, a Prefeitura de Itaituba permanece lavrando autos de infração, que são devidamente impugnados e que não tiveram ainda decisão administrativa proferida, com os seguintes desdobramentos ativos: (i) Mandado de Segurança em face da Prefeitura de Itaituba nº 0803412-32.2021.8.14.0024, com depósito no valor de 3.257; (ii) Execução fiscal para cobrança das rubricas "Taxa de Controle", "Serviços Bancários" e "Multas Penais", relativas aos anos de 2021, 2022 e 2023, valores consubstanciados na CDA 4020/2024, no montante de 23.341; (iii) Processos administrativos instaurados a partir de impugnações a autos de infração lavrados sob o mesmo objeto do tópico anterior, cujos valores somados são 44.257 em 31 de dezembro de 2025 (36.340 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia e suas controladas possuem outros processos diversos de natureza tributária, classificados como perda possível, cujo montante estimado é de 33.342 (26.834 em 31 de dezembro de 2024). **Regulatório/Ambiental:** Representado por ação civil pública proposta em 2016 solicitando o acréscimo de formalidades para revisão da concessão da licença ambiental de empresas da região, incluindo a Companhia. **16.4 Depósitos judiciais:** A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Depósitos tributários	41.190	37.626	70.752	84.102
Depósitos cíveis	–	–	1.144	1.373
Total	**41.190**	**37.626**	**71.896**	**85.475**

17. Partes relacionadas (Controladora e Consolidado) – 17.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R$ 22.820 (R$ 16.588 em 31 de dezembro de 2024), sendo referente a salários e benefícios variáveis dos quais R$ 22.346 referem-se a benefícios de empregados de curto prazo (R$ 15.432 em 31 de dezembro de 2024) e R$ 474 a benefícios de assistência médica, seguro de vida e alimentação (R$ 1.157 em 31 de dezembro de 2024). **17.2 Transações entre partes relacionadas:** Os valores de partes relacionadas referem-se basicamente a transações financeiras sob condições contratuais, definidas internamente pela Companhia, suas controladas e demais partes relacionadas interessadas. As transações entre partes relacionadas, incluindo aquelas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa estão demonstradas abaixo:

	Controladora Ativo 2025	Ativo 2024	Passivo 2025	Passivo 2024	Resultado Operacional 2025	Resultado Operacional 2024
Despesas compartilhadas						
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	5.727	1.828	1.332	611	43.652	30.764
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	–	439	–	201	4.043	5.758
Hidrovias do Brasil – Participação Administração Portuária de Santos S.A.	965	433	227	343	7.075	7.474
Prestação de serviços, aquisição de insumos e outros						
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	3.143	3.143	–	–	–	–
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	–	–	–	–	–	–
Administração Portuária de Santos S.A.	5.924	5.924	–	–	–	–
Hidrovias Del Paraguay	–	–	1	1	–	–
Pricolpar	–	–	2	2	–	–
Cikelsol	–	–	110	124	–	–
Hidrovias Del Sur S/A	3.473	3.473	–	–	–	–
Hidrovias Del Paraguay	523	523	1	–	–	–
Girocantex S.A.	–	–	317	356	–	–
Hidrovias Resflir	207	207	–	–	–	–
International Finance S.A.	316	–	–	–	–	–
Imaven Imóveis Ltda	–	–	63	–	(2.474)	–
Ultrapar Participações S.A.	576	–	770	–	(465)	–
Operações financeiras						
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde	729.372	–	–	236.225	90.959	(19.268)
Hidrovias do Brasil – Participação Administração Portuária de Santos S.A.	15.793	–	–	–	1.612	–
Hidrovias International Finance	–	–	301.753	28.468	(9.227)	(11.130)
Hidrovias South America	–	–	–	98.568	4.493	(23.435)
Ultra (*)	76.480	–	163.764	–	(2.865)	–
Dividendos						
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	–	14.082	–	–	–	–
Hidrovias do Brasil – Holding Norte	–	610	–	–	–	–
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Ultra Logística (*)	–	–	–	500.000	–	–
Total de transações com partes relacionadas	**842.499**	**30.662**	**468.340**	**864.899**	**136.803**	**(9.837)**
Caixa e equivalentes de caixa	76.480	–	–	–		
Contas a receber com partes relacionadas	649.354	15.970	–	–		
Títulos e valores mobiliários	116.665	–	–	–		
Dividendos a receber	–	14.692	–	–		
Contas a pagar com partes relacionadas	–	–	307.441	864.899		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	160.899	–		

	Consolidado Ativo 2025	Ativo 2024	Passivo 2025	Passivo 2024	Resultado Operacional 2025	Resultado Operacional 2024
Prestação de serviços, aquisição de insumos e outros						
Imaven Imóveis Ltda	–	–	63	–	(2.474)	–
Iconic Lubrificantes	–	–	269	–	(1.318)	–
Ipiranga			140		(181)	–
Ultra	576	–	1.660	–	(5.578)	–
Operações financeiras						
Obrinel	1.618	6.372	–	–	–	–
Ultra (*)	363.118	–	163.764	–	(2.865)	–
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Ultra Logística (*)	–	–	–	500.000	–	–
Total de transações com partes relacionadas	**365.312**	**6.372**	**165.896**	**500.000**	**(12.416)**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa	363.118	–	–	–		
Contas a receber com partes relacionadas	2.194	6.372	–	–		
Contas a pagar com partes relacionadas	–	–	4.997	500.000		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	160.899	–		

(*) Refere-se principalmente a fianças (R$2.865 em 31 de dezembro de 2025, conforme nota explicativa nº 14.3) e debêntures a pagar, aplicações financeiras equivalentes de caixa da Companhia em Fundo controlado pelo Grupo Ultra. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha registrado o montante de R$500.000 à título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") entre a Companhia e o acionista de referência Ultra Logística, que foi integralizado em 08 de maio de 2025, conforme nota explicativa nº 1.1.2.

18. Patrimônio líquido (Consolidado) – a) Capital Social e Custo na emissão de ações: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia está representado por 1.360.382.643 (760.382.643 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo:

	2025	2024
Capital Social	2.559.469	1.359.469
Custo na emissão de ações	(24.885)	(24.885)
Capital Social (líquido do custo de emissão de ações)	**2.534.584**	**1.334.584**

b) Reserva Capital: São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou receita no montante de R$ 2.157 (e despesa no montante de R$ 2.947 em 31 de dezembro de 2024) de ações outorgadas. **c) Outras reservas:** São ajuste de avaliação patrimonial que ocorrem no patrimônio líquido oriundas de transações que não são diretamente com os acionistas, como por exemplo ajustes acumulados de conversão sobre investimentos e ajuste de instrumentos financeiros não derivativos.

19. Resultado por ação (Consolidado) – O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação no período, conforme quadro a seguir:

	2025 Operações continuadas	2025 Operações descontinuada	2025 Total	2024 – Reapresentado Operações continuadas	2024 – Reapresentado Operações descontinuada	2024 – Reapresentado Total
Resultado básico por ação						
Lucro (prejuízo) líquido	60.506	(201.424)	(140.918)	(594.622)	25.207	(569.415)
Média ponderada das ações básicas	1.160.382	1.160.382	1.160.382	760.383	760.383	760.383
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por lote de mil ações básicas	0,0521	(0,1736)	(0,1214)	(0,7820)	0,0332	(0,7489)
Resultado diluído por ação						
Lucro (prejuízo) líquido	60.506	(201.424)	(140.918)	(594.622)	25.207	(569.415)
Média ponderada das ações básicas	1.160.382	1.160.382	1.160.382	760.383	760.383	760.383
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por lote de mil ações diluídas	0,0521	(0,1736)	(0,1214)	(0,7820)	0,0332	(0,7489)

O resultado por ação básico refere-se ao lucro líquido (prejuízo) do período para os acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação. O resultado por ação diluído é ajustado pelos valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações

continua ...

… continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

ordinárias potenciais diluidoras. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui efeito de ações diluidoras que possam impactar o cálculo de lucro por ações diluídas.

20. Programas de incentivo de longo prazo (Controladora e Consolidado) – 20.1 Política contábil: O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais. **20.2 Programa de opção de compra de ações:** Em 29 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo Plano de Outorga de Opções de Ações ("Novo SOP") e os participantes tomaram ciência no dia 15 de janeiro de 2024. O plano visava alinhar os interesses dos participantes com os da Companhia e permitir a migração voluntária de beneficiários do Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas, aprovado em 31 de agosto de 2020 ("Plano 2020"), para o Novo SOP. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, incluindo a definição anual (ou quando julgar conveniente) das condições de outorga, preço de exercício, prazos e demais critérios. Cada opção confere ao participante o direito de adquirir uma ação da Companhia, conforme os termos dos programas e contratos específicos. O número máximo de opções outorgadas não poderá exceder 4,12% do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas. Opções canceladas ou não exercidas poderão ser outorgadas. O preço de exercício será fixado pelo Conselho, não podendo ser inferior à média ponderada das cotações das ações na B3 nos 30 pregões anteriores à data de outorga. Na primeira outorga, foram atribuídas opções com dois preços de exercício: R$4,00 para 50% das opções e R$6,50 para os 50% restantes. O reconhecimento contábil segue o CPC 10 (R1)/IFRS 2. Em 31 de dezembro de 2025 foi registrada uma reversão de R$2.157 (e gasto de R$ 2.947 em 31 de dezembro 2024) no patrimônio líquido com contrapartida no resultado. Adicionalmente, os programas de 2017, 2018 e 2019 foram prescritos e não exercidos, e por esse motivo a Companhia reclassificou o montante correspondente a esses programas (R$ 29.775) para prejuízos acumulados. **20.3 1º programa de incentivo de longo prazo baseado em ações ("Plano 2025"):** Em 23 de junho de 2025 foi aprovado pelo Conselho de Administração o 1º programa de incentivo de longo prazo baseado em ações ("Plano 2025") da Companhia, com objetivo de permitir a outorga de Ações Restritas aos Participantes selecionados, a fim de: (i) atrair e reter administradores e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas ou coligadas; (ii) conceder aos Participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia para geração de valor de longo prazo; e (iii) desenvolver os objetos sociais da Companhia e os interesses dos acionistas. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, sendo assim cabe a esse selecionar os Participantes do 1º Programa, dentre as pessoas elegíveis a participar do Plano. Em 01 de julho de 2025, o Conselho de Administração outorgou o 1º lote de ações restritas aos executivos eleitos, com posterior transferência da nua propriedade, sujeitas a determinados períodos de *vesting* e às restrições previstas no Plano, incluindo prazos e condições para sua transferência. Os executivos contemplados no Plano 2025 e que eram participantes do Novo SOP, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de dezembro de 2023, optaram por substituir o direito por opções a serem outorgadas a que façam justo nos termos do Plano Novo SOP pelo direito de outorga de ações restritas a que façam jus nos termos do Plano 2025, nos termos propostos pelo Conselho de Administração.

O quadro a seguir apresenta um resumo do programa de ações em 31 de dezembro de 2025:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações outorgadas (Qtd)	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor justo das ações na data da outorga (em R$)	Custos totais das outorgas exercíveis, incluindo impostos (em R$ mil)	Custos reconhecidos acumulados das outorgas exercíveis (em R$ mil)	Custos não reconhecidos das outorgas exercíveis (em R$ mil)
1º lote	1 de julho de 2025	1.244.523	2028	3,55	4.961	828	4.133

21. Compromissos (Consolidado) – Como parte da estratégia de negócios, celebramos contratos de longo prazo com alguns dos nossos clientes, com requisitos mínimos de volume e tarifa pré-acordados e ajustados conforme contrato. A execução de novo contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo em nossa receita líquida enquanto a perda de um contrato material existente teria o efeito oposto. A Companhia e suas controladas possuem alguns contratos de longo prazo nos corredores com os seguintes vencimentos:

Segmento	Vencimentos
Corredor Sul	Contrato I – Vencimento em 2039;
	Contrato II – Vencimento em 2026;
	Contrato III – Vencimento em 2026;
	Contrato IV – Vencimento em 2027;
	Contrato V – Vencimento em 2027;
Corredor Norte	Contrato I – Vencimento em 2031;
	Contrato II – Vencimento em 2029;
	Contrato III – Vencimento em 2027;
	Contrato IV – Vencimento em 2027;
Santos	Contrato I – Vencimento em 2032;
	Contrato II – Vencimento em 2029;
	Contrato III – Vencimento em 2027.

22. Receita líquida (Consolidado) – 22.1 Política contábil: As receitas de vendas e serviços prestados decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida em que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ao transferir o controle de um bem ou serviço prometido a um cliente de modo que o mesmo obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, bem como quando for altamente provável que a Companhia receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas e outras deduções, se aplicáveis. A Companhia não possui obrigações de devoluções ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possuem componente de financiamento significativo que impactam diretamente na determinação da contraprestação esperada. No Corredor Norte, a receita de prestação de serviços está representada pelos serviços de elevação, transbordo e navegação, de grãos, como soja e milho e também de fertilizantes, cujo quais constituem um sistema integrado de prestação de serviços, no Estado do Pará. Decorrente de condições contratuais, a Companhia pode reconhecer no resultado do exercício receitas de contraprestações não monetárias de seus clientes, as quais são mensuradas pelo valor justo na data da transação e compõem o ciclo operacional de receitas do Corredor Norte. No Corredor Sul, a receita de prestação de serviços está representada pelos serviços de navegação na América do Sul para transportes de cargas de produtos, como commodities agrícolas, minérios, fertilizantes, celulose e outros. No segmento Santos, a receita de prestação de serviços está representada pelo serviço integrado de recebimento, armazenagem e expedição de granéis sólidos. A Companhia detém contratos com clientes aos quais possuem clausulas de *Take or Pay*. As receitas de serviços prestados são reconhecidas em função da efetiva prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais.

22.2 Composição dos saldos: As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas, conforme quadro a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024 Reapresentado
Receita com prestação de serviços	2.331.740	1.569.243
Total da receita de prestação de serviço bruta	**2.331.740**	**1.569.243**
Impostos sobre a receita bruta	(83.735)	(66.825)
Subtotal dos impostos	**(83.735)**	**(66.825)**
Realização do *Hedge Accounting*	(6.906)	(69.994)
Total da receita líquida	**2.241.099**	**1.432.424**

Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2025, há uma concentração de 46,49% da receita líquida total (33,26% em 31 de dezembro de 2024) em 2 clientes da Companhia, os quais representam individualmente mais de 10% da receita líquida consolidada. Nenhum outro cliente representa mais de 10% da receita líquida consolidada.

23. Custos, despesas e outros resultados operacionais por natureza (Controladora e Consolidado) – A Companhia apresenta os resultados por natureza na demonstração dos resultados consolidados por função, e apresenta a seguir o detalhamento dos custos, despesas e outros resultados operacionais por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024 Reapresentado
Salários, encargos e benefícios	(60.519)	(56.405)	(400.632)	(329.532)
Depreciações e amortizações (a)	(10.433)	(14.340)	(371.933)	(373.823)
Serviços de Informática	(12.480)	(9.231)	(30.045)	(21.145)
Manutenção	(38)	(160)	(113.516)	(106.403)
Combustível	–	–	(275.481)	(204.174)
Serviços de terceiros	(15.545)	(12.502)	(120.647)	(78.508)
Aluguéis	(1.668)	(486)	(26.031)	(17.945)
Viagens e Passagens	(5.433)	(4.335)	(16.519)	(12.227)
Copa e cozinha	(136)	(98)	(15.287)	(12.359)
Operacionais e segurança	–	–	(46.049)	(36.838)
Taxas e encargos diversos	(2.421)	(1.838)	(80.658)	(81.927)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	–	–	537	(1.965)
Processos judiciais	(65)	(1.842)	217	(4.126)
Seguros	(545)	(1.334)	(37.494)	(36.599)
Custos operacionais portuárias	–	–	(53.804)	(48.530)
Doações	–	–	(36)	(13.106)
Indenizações e compensações contratuais (b)	–	–	(83.070)	–
Subvenção governamental	–	–	26.181	–
Outras (despesas) receitas	(6.251)	(4.684)	(50.546)	(77.960)
Total	**(115.534)**	**(107.255)**	**(1.694.813)**	**(1.457.167)**
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	–	–	(1.333.041)	(1.162.893)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	–	–	537	(1.965)
Gerais e administrativas	(115.579)	(107.039)	(301.368)	(286.656)
Outras receitas e (despesas) operacionais	45	(216)	(60.941)	(5.653)
Total	**(115.534)**	**(107.255)**	**(1.694.813)**	**(1.457.167)**

(a) Os ajustes referentes aos créditos de PIS/COFINS no Brasil, decorrentes dos pagamentos das parcelas de arrendamento, são registrados a crédito das despesas de depreciação do direito de uso e despesas financeiras. Nesse sentido durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes registrados na rubrica de depreciações e amortização estão líquidos dos créditos tributários mencionados no montante de R$ 40 na Controladora (R$ 111 em 31 de dezembro de 2024) e R$ 870 no Consolidado (R$ 1.358 em 31 de dezembro de 2024. (b) Compreende valores a pagar e a receber relacionados aos contratos de prestação de serviços com clientes, decorrentes de indenizações e compensações previstos contratualmente.

24. Resultado financeiro (Controladora e Consolidado) – 24.1 Política contábil: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. **24.2 Composição dos saldos:** O quadro a seguir demonstra a composição das receitas e despesas financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 Reapresentado	2025	2024 Reapresentado
Receitas				
Rendimentos financeiros de aplicações financeiras	33.145	3.715	58.532	37.323
Ganhos com investimento	–	–	–	16.053
Juros sobre outros ativos	2.098	4	26.808	5.853
Total	**35.243**	**3.719**	**85.340**	**59.229**
Despesas				
Juros sobre empréstimos, mútuos, outorga e arrendamento	(196.006)	(139.419)	(272.656)	(303.154)
Amortização custo de captação	(6.122)	(2.337)	(35.994)	(12.796)
Outras	(26.407)	(3.681)	(53.717)	(11.311)
Total	**(228.535)**	**(145.437)**	**(362.367)**	**(327.261)**
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Receita	214.539	68.213	214.539	68.213
Despesas	(372.297)	(41.849)	(372.297)	(41.849)
Total	**(157.758)**	**26.364**	**(157.758)**	**26.364**
Variações Monetárias e Cambiais, líquida				
Receita	50.234	8.537	122.356	403.916
Despesa	(34.352)	(31.715)	(65.571)	(647.793)
Total	**15.882**	**(23.178)**	**56.785**	**(243.877)**
Resultado financeiro líquido	**(335.168)**	**(138.532)**	**(378.000)**	**(485.545)**

25. Imposto de renda e contribuição social (Controladora e Consolidado) – 25.1 Política contábil: Na controladora, os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. No consolidado, o imposto sobre a renda das controladas estabelecidas no Uruguai, Paraguai, Holanda e Luxemburgo é calculado com base na legislação aplicável nos respectivos países. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O IRPJ e a CSLL são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. que, em caso de lucro tributável no exercício, tem a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos quando existe uma diferença temporária entre os saldos fiscais e contábeis, dado que os créditos e débitos tributários não estão sujeitos a prazos prescricionais, e são decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência, prejuízos fiscais, operações de arrendamento, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. Para fins de divulgação o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável. **25.2 Reforma tributária:** No decorrer de 2024, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que resultou na edição da Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025. Essa lei regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 32/2023, e cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). A Reforma mantém o período de transição já previsto, que ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual o atual modelo tributário será gradualmente substituído pelas novas regras. A Lei Complementar nº 214/2025 não definiu, até o momento, as alíquotas do IBS e da CBS. Além disso, segue em tramitação o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, que tratará de procedimentos operacionais e administrativos relacionados ao novo sistema tributário. Dessa forma, os efeitos contábeis e tributários da Reforma somente poderão ser avaliados de maneira completa após a conclusão do processo de regulamentação. Assim, não há impactos decorrentes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

25.3 Composição dos saldos: 25.3.1 Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 Reapresentado	2025	2024 Reapresentado
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	53.759	(575.030)	192.343	(591.373)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à Alíquota Nominal	**(18.278)**	**195.510**	**(65.397)**	**201.067**
Ajustes Permanentes:				
Equivalência patrimonial	171.517	(111.942)	8.179	2.529
Lucro no exterior	(89.294)	(45.510)	(89.294)	(45.510)
Despesas Indedutíveis	(43.386)	(9.108)	(44.160)	(14.097)
Outros ajustes:				
Subvenção Governamental	–	–	12.961	27.960
Perda de Imobilizado (Venda ou Baixa)	(158)	–	(2.823)	(6.518)
Imposto diferido s/ diferenças temporárias não reconhecidos	–	–	(6.018)	(11.976)
Imposto diferido s/ prejuízos fiscais não reconhecidos	(89.610)	(52.638)	(98.198)	(60.398)
Diferença de alíquota na mensuração de impostos	–	–	85.076	(44.157)
Incentivos Fiscais	–	–	–	1.081
Outros Ajustes	75.956	4.096	67.837	(53.230)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**6.747**	**(19.592)**	**(131.837)**	**(3.249)**
Impostos correntes	–	4.302	(5.936)	(83.478)
Impostos diferidos	6.747	(23.894)	(125.901)	80.229
	6.747	**(19.592)**	**(131.837)**	**(3.249)**
Alíquota efetiva	**(12,55%)**	**(3,41%)**	**68,54%**	**(0,55%)**

25.3.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	2025	2024 Reapresentado
Hidrovias do Brasil – Controladora	29.149	29.149
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	16.970	–
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	–	14.469
Total	**46.119**	**43.618**

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	2025	2024 Reapresentado
Hidrovias do Brasil – Controladora	89.610	52.638
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	–	67
Hidrovias do Brasil – Administração Portuária de Santos S.A.	8.588	7.693
Total	**98.198**	**60.398**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 Reapresentado	2025	2024 Reapresentado
Ativo – Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisão de bônus	8.500	4.195	13.759	8.092
Provisão de fornecedores	2.254	858	5.821	7.286
Provisões operacionais	–	100	38.179	1.789
Provisão para processos judiciais, trabalhistas e fiscais	–	92	6.098	8.027
Provisão de encargos – ILP	93	–	93	–
Estimativa de perda do valor recuperável de ativos ("*Impairment*")	–	–	2.568	4.836
PIS e COFINS – Exigibilidade Suspensa	37	1.542	37	1.542
Demais diferenças temporárias	537	537	1.752	536
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar	29.149	29.149	46.119	43.619
Provisão para diferenças caixa vs. competência	–	–	7.653	280.460
Operações de arrendamento	–	39	4.156	2.941
Impostos ativos antes da compensação	**40.570**	**36.512**	**126.235**	**359.128**
Compensações de saldos passivos	(12.510)	(15.198)	(91.128)	(117.074)
Saldos líquidos apresentados no ativo	**28.060**	**21.314**	**35.107**	**242.054**
Passivo – Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Demais diferenças temporárias	1.567	4.217	8.849	10.126
Deságio – Ganho Proveniente de Compra Vantajosa	10.943	10.981	10.981	10.981
Dano patrimonial	–	–	71.298	75.671
Provisões de receita	–	–	–	20.296
Impostos passivos antes da compensação	**12.510**	**15.198**	**91.128**	**117.074**
Compensações de saldos ativos	(12.510)	(15.198)	(91.128)	(117.074)
Saldos líquidos apresentados no passivo	**–**	**–**	**–**	**–**

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024 Reapresentado
Saldo inicial	242.054	141.951
IRPJ e CSLL de operação descontinuada, reclassificado para ativo disponível para venda	(79.599)	–
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	(125.901)	75.280
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(1.221)	24.823
IRPJ e CSLL diferido – Reclassificação de saldo	(226)	–
Saldo final	**35.107**	**242.054**

26. Gestão de riscos (Controladora e Consolidado) – 26.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração inicial: Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: Custo amortizado, valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A Companhia avalia classificação e mensuração dos instrumentos de acordo com o seu modelo de gerenciamento de instrumentos financeiros conforme abaixo: • Custo amortizado: instrumentos financeiros mantidos com o objetivo de receber e cumprir com os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos, as perdas e as variações cambiais são contabilizadas no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: instrumentos financeiros realizados com a finalidade de recebimento e obrigação dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos instrumentos. As alterações no valor justo desses instrumentos são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. • Valor justo por meio de outros resultados: instrumentos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas provenientes das alterações no valor justo desses instrumentos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado do período em que ocorrem, independentemente de sua realização. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os seguintes conceitos: • Contabilidade de proteção (hedge accounting) – hedge de valor justo: instrumento financeiro utilizado para proteção de exposição a mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado. • Contabilidade de proteção (hedge accounting) – hedge de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar exposição a variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. • Contabilidade de proteção (hedge accounting) – hedge de investimentos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Companhia. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi realizada de acordo com as premissas observáveis e não observáveis para cada classe de ativos e passivos financeiros, sendo classificada de acordo com os seguintes níveis: a) Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. b) Nível 2 – Exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). c) Nível 3 – Para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

Classificação e mensuração subsequente: Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia e suas controladas realizam investimentos de acordo com a política de gestão de caixa. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **26.2 Classes e categorias de instrumentos financeiros e seus valores justos:** A classificação e nível de mensuração dos instrumentos financeiros estão demonstrados a seguir:

			Controladora		Consolidado		Valor justo – Controladora		Valor justo – Consolidado	
	Nível	Nota explicativa	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativos										
Valor justo por meio do resultado										
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	25.3	2.728	12.490	2.728	12.490	2.728	12.490	2.728	12.490
Custo amortizado										
Caixa e equivalentes de caixa	–	4	88.187	509.430	1.083.247	988.450	88.187	509.430	1.083.247	988.450
Títulos e valores mobiliários	–	5	116.665	–	445.007	82.857	116.665	–	445.007	82.857
Contas a receber de clientes	–	6	–	–	100.901	186.806	–	–	100.901	186.806
Créditos com partes relacionadas	–	16	649.354	15.970	2.194	6.372	649.354	15.970	2.194	6.372
Outros ativos	–		38.695	–	38.695	–	38.695	–	38.695	–
Passivos										
Valor justo por meio do resultado										
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	25.3	11.798	11.063	11.798	11.063	11.798	11.063	11.798	11.063
Custo amortizado										
Fornecedores	–	12	11.159	7.314	138.946	163.125	11.159	7.314	138.946	163.125
Partes relacionadas	–	16	307.441	864.899	4.997	500.000	307.441	864.899	4.997	500.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	13	2.418.129	1.007.654	3.480.997	4.803.922	2.413.085	1.007.654	3.423.005	4.648.388
Outros passivos	–		110.000	–	110.000	–	110.000	–	110.000	–

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo nível 2 estão descritos a seguir: Títulos e fundos em moeda nacional: Estimados pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. Instrumentos derivativos: Estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 na data de fechamento. Financiamento e debentures: Estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 na data de fechamento. O cálculo do valor justo das notas no mercado externo utilizou o preço observado desses títulos no mercado. **26.3 Gerenciamento de riscos financeiros:** A Companhia está exposta a riscos estratégico-operacionais e riscos econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes do segmento) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de estratégias específicas e de políticas de controle. A Companhia faz gestão dos riscos através de políticas internas e estratégias especificas com o propósito de mitigar ou reduzir suas exposições de fluxo de caixa e de redução do valor de seus ativos, através da Tesouraria, cuja qual é responsável pelo gerenciamento de riscos e pela avaliação e identificação de proteções contra riscos financeiros. O Conselho de Administração é responsável por aprovar as políticas internas e realizar a avaliação recorrente de exposição da Companhia. A Companhia possui uma política de riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração ("Política"). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e commodities), liquidez e crédito. O Comitê de Auditoria e Riscos ("CAR") assessora o Conselho de Administração na eficácia dos controles e na revisão da Política de gestão de riscos. A Companhia está exposta aos seguintes riscos, os quais são mitigados e geridos por meio de determinados instrumentos financeiros:

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Possibilidade de perdas resultantes de exposições a taxas de câmbio diferentes da moeda funcional de reporte, podendo ser de origem financeira ou operacional	Busca pela neutralidade cambial, utilizando instrumentos de proteção caso aplicável
Risco de mercado – Taxa de juros	Possibilidade de perdas resultantes da contratação de ativos ou passivos financeiros pré-fixados	Manter a maior parte da exposição líquida financeira indexada a taxas flutuantes, referenciada à taxa básica de juros
Risco de crédito	Possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento das obrigações financeiras pela contraparte, devido a problemas de insolvência ou deterioração na classificação de risco	Diversificação, monitoramento de indicadores de solvência e liquidez de contrapartes
Risco de liquidez	Possibilidade de incapacidade de honrar obrigações, inclusive garantias, e incorrer em perdas.	Para gestão de caixa: liquidez dos investimentos financeiros. Para gestão de dívida: busca pela combinação de melhores prazos e custos, pelo monitoramento da relação entre prazo médio da dívida e alavancagem financeira.

26.3.1 Risco de mercado – taxa de câmbio e taxa de juros: A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, compartilhadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos seus propósitos originais. No que tange à exposição cambial, a Companhia utiliza instrumentos financeiros para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado. Para gerenciar a exposição de juros, a Companhia contrata swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros fixas e variáveis calculados com base no valor do principal nocional acordado entre as partes. Esses swaps pretendem dar cobertura (hedge) às obrigações de dívida.

Os ativos e passivos, expostos a moeda estrangeira convertidos para Reais, e/ou expostos a taxas de juros flutuantes estão demonstrados a seguir:

				Controladora				Consolidado			
				Taxa de câmbio		Taxa de juros		Taxa de câmbio		Taxa de juros	
	Nota explicativa	Moeda	Índice	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativos											
Caixa, equivalentes de caixa	5	USD	CDI	–	–	88.187	509.430	670.866	304.892	375.981	683.558
Títulos e valores mobiliários	6	USD	SELIC/CDI	–	–	116.665	–	415.723	61.804	1.102	21.053
Contas a receber de clientes		USD		–	–	–	–	78.762	84.606	–	–
Partes relacionadas	17	USD	CDI	–	–	628.500	–	1.618	6.372	–	–
Total de ativos				**–**	**–**	**833.352**	**509.430**	**1.166.969**	**457.674**	**377.083**	**704.611**
Passivos											
Fornecedores	13	USD		–	–	–	–	(77.534)	(79.415)	–	–
Partes relacionadas	17	USD		(301.635)	(127.519)	–	–	–	–	–	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	USD	TJLP/CDI	–	–	(1.944.800)	(1.007.654)	(1.080.770)	(3.796.268)	(1.944.800)	(1.007.654)
Total de passivos				**(301.635)**	**(127.519)**	**(1.944.800)**	**(1.007.654)**	**(1.158.304)**	**(3.875.683)**	**(1.944.800)**	**(1.007.654)**
Instrumentos derivativos	26.3	USD	CDI/IPCA	282.132	303.645	(674.479)	(302.218)	282.132	303.645	(674.479)	(302.218)
Posição líquida ativa (passiva) – total				**(19.503)**	**176.126**	**(1.785.927)**	**(800.442)**	**290.797**	**(3.114.364)**	**(2.242.196)**	**(605.261)**
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido				**–**	**–**	**–**	**–**	**318.868**	**(3.428.266)**	**–**	**–**
Posição líquida passiva – efeito no resultado				**(19.503)**	**176.126**	**(1.785.927)**	**(800.442)**	**(28.071)**	**303.644**	**(2.242.196)**	**(605.261)**

Análise de sensibilidade de exposição cambial e taxa de juros: As tabelas abaixo indicam os índices considerados para a análise de viabilidade e o efeito desta no resultado:

	Taxa de câmbio depreciação Real (i)	Taxa de juros aumento de juros (ii)
Efeito no resultado	(1.020)	24.216
Efeito no patrimônio líquido	11.591	–
Total	**10.571**	**24.216**

(i) Para a análise de sensibilidade foi utilizado o dólar médio de R$ 5,7024, baseado nas curvas de mercado futuras em 31 de dezembro de 2025 sobre a posição líquida da Companhia exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de depreciação do Real no resultado. A taxa de fechamento considerada foi de R$ 5,5024. A tabela acima demonstra os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R$ 290.797 (ou US$ 52.849 usando a taxa de fechamento) em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025. (ii) Para o cenário provável apresentado a Companhia utilizou como cenário base as curvas de mercado impactadas pelas taxas de Depósito Interbancário ("DI") e Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). A análise de sensibilidade demonstra a despesa e a receita incremental que teriam sido reconhecidas no resultado financeiro se as curvas de mercado dos juros flutuantes na data base fossem aplicadas aos saldos médios do ano corrente. A taxa base anual utilizada foi de 14,90% e a taxa sensibilizada foi de 13,82% de acordo com as taxas referenciais disponibilizadas pela B3. **26.3.2 Risco de crédito:** É o risco da Companhia e suas controladas, sofrerem perdas financeiras caso uma contraparte não cumpra uma obrigação prevista em contrato. A Companhia está exposta principalmente em atividades operacionais através de seus recebíveis de clientes e atividades de investimento através de suas aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito no período em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 eram:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	88.187	509.430	1.083.247	988.450
Contas a receber	–	–	100.901	186.806
Títulos e valores mobiliários	116.665	–	445.007	82.857
Total	**204.852**	**509.430**	**1.629.155**	**1.258.113**

26.3.2.1 Contas a receber de clientes: A Companhia avalia o perfil de crédito de cada novo cliente para realizar liberação de crédito. A análise de crédito efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são avaliados individualmente. As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência baseado na experiência histórica e informações prospectivas que auxiliam na definição do risco de crédito de cada cliente. Tais riscos de crédito são administrados em cada segmento da Companhia, por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito. A Companhia tem registrado em 31 de dezembro de 2025 o montante de R$ 11.686 (R$ 13.466 em 31 de dezembro de 2024) correspondente a estimativa de perdas esperadas referente ao contas a receber, vide nota explicativa nº 7. **26.3.2.2 Instituições financeiras:** O direcionamento estratégico da Companhia é tratado em reuniões do comitê executivo e supervisionado pelo Conselho de Administração. A alocação de capital em aplicações financeiras e títulos e valores imobiliários são direcionadas pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida a fim de reduzir o seu risco financeiro e, portanto, restringe a exposição às instituições financeiras de primeira linha, com classificação *investment grade* pelas agências de risco amplamente aceitas no mercado, além de reduzir o risco por meio da diversificação das contrapartes. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o rating das contrapartes eram:

	Valor justo	
Rating de crédito da contraparte	**2025**	**2024**
AAA	1.502.954	1.023.014
AA	26.868	–
A	–	40.022
Outros	1.160	20.761
Total	**1.530.982**	**1.083.797**

26.3.3 Risco de liquidez: A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do seu plano estratégico. A tabela a seguir resume os passivos financeiros e arrendamentos a pagar da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, classificados por faixas de vencimento. Os valores apresentados são fluxos de caixa não descontados contratados e podem diferir dos saldos do balanço patrimonial:

				Consolidado
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	138.946	–	–	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures [(a) (b)]	399.574	864.029	1.089.132	2.837.568
Passivo de arrendamento	46.569	27.855	27.411	374.344
Instrumento derivativo [(c)]	48.138	52.874	34.982	62.108
Contas a pagar com partes relacionadas	4.997	–	–	–
Outros passivos	110.000	–	–	–

(a) Os juros sobre financiamentos foram estimados com base no dólar norte-american e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 e BACEN em 31 de dezembro de 2025. (b) Inclui juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até as datas de pagamento previstas contratualmente. (c) Os instrumentos derivativos foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2025. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos derivativos com resultado negativo projetado no instante da liquidação. **26.4 Instrumentos financeiros derivativos:** A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, e a Companhia e suas controladas não efetuam operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. A Companhia mensura valor justo dos contratos de derivativos a cada data de divulgação, cujo qual pode diferir dos fluxos de caixa efetivos em caso de liquidação antecipada devido aos spreads bancários e às condições de mercado vigentes no momento da negociação. Os valores divulgados são estimativas baseadas em fatores de mercado, com dados fornecidos por terceiros, avaliados internamente e comparados com os cálculos das contrapartes. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge accounting*. A posição de instrumentos financeiros derivativos contratados, bem como os valores dos ganhos (perdas) que afetam o resultado da Companhia estão demonstrados abaixo:

Produto	Taxas contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional)	Valor justo em 31/12/2025		Ganhos (perdas) em 31/12/2025
	Ativo	Passivo		2025	Ativo	Passivo	Resultado
Swap cambial	USD + 5,0%	106,1% DI	fev/31	USD 25.000	–	(5.278)	(26.844)
Swap cambial	USD + 5,0%	107,9% DI	fev/31	USD 25.000	–	(6.520)	(33.344)
Swap de juros	IPCA + 6,0%	92,3% DI	out/28	R$ 280.000	221	–	1.698
Swap de juros	IPCA +6,0%	92,6% DI	out/31	R$ 100.000	2.507	–	4.847
NDF	BRL	USD	jun/25	USD 200.000	–	–	(101.475)
NDF	BRL	USD	jul/25	USD 40.000	–	–	4.442
NDF	BRL	USD	ago/25	USD 40.000	–	–	(3.900)
NDF	BRL	USD	set/25	USD 40.000	–	–	(4.616)
NDF	BRL	USD	out/25	USD 20.000	–	–	(824)
NDF	BRL	USD	nov/25	USD 20.000	–	–	2
NDF	BRL	USD	dez/25	USD 20.000	–	–	2.256
				Total	**2.728**	**(11.798)**	**(157.758)**

Produto	Taxas contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional)	Valor justo em 31/12/2024		Ganhos (perdas) em 31/12/2024
	Ativo	Passivo		2024	Ativo	Passivo	Resultado
Swap cambial	USD + 5,0%	106,1% DI	fev/31	USD 25.000	6.893	–	28.807
Swap cambial	USD + 5,0%	107,9% DI	fev/31	USD 25.000	5.597	–	29.027
Swap de juros	IPCA + 6,0%	92,3% DI	Out/28	R$ 280.000	–	(7.667)	(7.667)
Swap de juros	IPCA +6,0%	92,6% DI	Out/31	R$ 100.000	–	(3.396)	(3.396)
				Total	**12.490**	**(11.063)**	**46.771**

26.5 *Hedge Accounting:* A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verifica ao longo de toda a duração do hedge a sua eficácia bem como suas alterações de valor justo. A Companhia designa como hedge de fluxo de caixa para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio, instrumentos financeiros não derivativos para proteção das "transações futuras altamente prováveis". Os objetos protegidos e os instrumentos de hedge apresentam alta correspondência, visto que os instrumentos contratados possuem características equivalentes às transações consideradas como objeto de proteção. A Companhia e suas controladas designaram um índice de cobertura para as transações com designação de hedge accounting, uma vez que os riscos subjacentes dos instrumentos de hedge são correspondentes aos riscos dos objetos protegidos. A Companhia descontinua a contabilização de hedge quando o instrumento de hedge é liquidado, o item protegido deixa de existir ou o hedge não atende mais aos requisitos de Contabilidade de Hedge devido à ausência de relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. ***Hedge Accounting* – Vila do Conde:** A Companhia definiu como risco a ser protegido, a variação cambial de parte de suas receitas futuras provenientes de um contrato de fretamento marítimo na modalidade *Take or Pay*, fixado em dólar norte-americano, originado por sua controlada indireta Girocantex através de um contrato de longo prazo. A Companhia também está exposta, por meio de sua subsidiária Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., à variação cambial decorrente das Notas de Crédito à Exportação (NCEs) emitidas pelo Banco Santander em 22 de março de 2018, no montante original de USD 342.000. Em 31 de dezembro de 2025 USD 19.464 (R$ 107.099) e USD 188.595 (R$ 1.037.725) em 31 de dezembro de 2024, com juros contratuais de 4,99% a.a. e vencimento em 4 de fevereiro de 2026. Essa transação teve origem com a emissão de Bond 2025 no valor original de USD 600.000 (R$ 2.125.440) e prazo de vencimento de sete anos, a partir de 2 de maio de 2018 e foi aditada a partir da recompra do Bond 2025 (Tender Offer) na emissão do Bond 2031 em fevereiro de 2021. Tanto as receitas ("objeto") em moeda estrangeira quanto a dívida ("instrumento") decorrente das NCEs acima mencionadas estão expostas a risco de mesma natureza e, dessa forma, o risco cambial das receitas futuras estariam naturalmente cobertos pelo risco cambial das dívidas. No entanto, apesar da cobertura econômica do risco de variação cambial, o resultado da Companhia é impactado pelo descasamento temporal entre o reconhecimento contábil da receita e da dívida. Dessa forma, a Companhia utilizou parte do valor do principal da NCE emitida em USD como um instrumento de *hedge* para proteção de parte de sua receita futura em USD, considerada altamente provável. Mensalmente a variação cambial da dívida é reconhecida em outros resultados abrangentes, em reserva de *hedge* de fluxo de caixa e é reclassificada como ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado, ou seja, no reconhecimento efetivo da receita. Em janeiro de 2025, a Companhia descontinuou a designação do hedge accounting, considerando que o objeto da relação de hedge foi liquidado. O efeito de variação cambial, antes apresentado como Outros Resultados Abrangentes, foi reconhecido no resultado do exercício de 2025. **26.6 Gestão de capital:** A Companhia administra e otimiza sua estrutura de capital com base em indicadores, com a intenção de garantir a continuidade normal dos negócios e a maximização do retorno aos seus acionistas. A estrutura de capital é composta pela dívida líquida (empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures conforme nota

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

explicativa nº 14 e arrendamentos a pagar conforme nota explicativa nº 12.2 após a dedução dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras conforme notas explicativas nº 5 e 6), e os instrumentos financeiros derivativos "financeiros" ativo e passivo conforme nota explicativa nº 26.3, e pelo patrimônio líquido. A Companhia pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras. Em adição, a Companhia também procura melhorar o seu retorno sobre o capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos. Anualmente a Companhia e suas controladas realizam a revisão da sua estrutura de capital, avaliando o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital, incluindo a análise do coeficiente de alavancagem, que é determinado como a proporção entre a dívida líquida e o patrimônio líquido. O coeficiente de alavancagem no final do período/exercício é conforme segue:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Dívida bruta e arrendamento a pagar (a)	3.728.137	5.119.667
Instrumentos derivativos, líquidos (b)	9.070	(1.427)
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (c)	1.528.254	1.071.307
Dívida líquida = (a) – (b) – (c)	**2.208.953**	**4.049.787**
Patrimônio líquido	2.162.052	1.051.892
Relação dívida líquida/patrimônio líquido	**102%**	**385%**

27. Informação por segmento (Controladora e Consolidado) – 27.1 Política contábil: Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária, que é a principal tomadora de decisões operacionais; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente atribuídos à sede da Companhia). A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para movimentação e transporte hidroviário. Com objetivo de proporcionar a intermodalidade aos clientes, a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, terminais portuários e armazenagem. Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. Importante destacar que o Corredor Sul é composto pelas entidades no exterior, exceto pela entidade localizada em Luxemburgo que está alocada no Corporativo por ser uma entidade estruturada para captação dos Bonds. O principal tomador de decisões da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional, com exceção dos empréstimos, financiamentos e debêntures. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas. **Corredor Norte:** O Brasil é um dos principais produtores mundiais de grãos, como soja e milho, e a região norte do país desempenha um papel significativo nesse setor. A logística de transporte de grãos é essencial para movimentar a produção das áreas produtoras até os centros de processamento e exportação. O Corredor Norte é uma das principais operações da Companhia, com atuação no Estado do Pará. A Companhia oferece serviços de logística integrada para movimentação de produtos por meio de transbordo de mercadorias e navegação fluvial. A Hidrovias do Brasil está presente no Arco Norte com a estrutura para atender a demanda de seus clientes. **Corredor Sul:** No Corredor Sul, é utilizado a hidrovia Paraguai-Paraná para transportar principalmente commodities agrícolas, minérios, fertilizantes, celulose e outros. **Santos:** A operação de Santos é responsável por receber, armazenar e expedir granéis sólidos minerais (sal e fertilizantes). Considerando que o Brasil tem uma tendência a importar fertilizantes, grande parte deles chegam pelos portos, sendo um dos principais o de Santos.

27.2 Composição dos saldos: 27.2.1 Resultado por segmentos operacionais

											Saldos em 31 de dezembro	
	Corredor Norte		Corredor Sul		Santos		Outros [1]		Eliminações		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços	**1.113.356**	**847.167**	**1.017.863**	**487.859**	**152.891**	**136.555**	**–**	**–**	**(43.011)**	**(39.157)**	**2.241.099**	**1.432.424**
Receitas	1.113.356	847.167	981.758	518.696	152.891	136.555	–	–	–	–	2.248.005	1.502.418
Partes relacionadas	–	–	43.011	39.157	–	–	–	–	(43.011)	(39.157)	–	–
Receita – Hedge Accounting	–	–	(6.906)	(69.994)	–	–	–	–	–	–	(6.906)	(69.994)
Custos dos serviços prestados	**(367.493)**	**(344.467)**	**(543.635)**	**(430.052)**	**(80.514)**	**(65.877)**	**–**	**–**	**–**	**10.443**	**(991.642)**	**(829.953)**
Custos Operacionais	(367.493)	(336.426)	(543.635)	(430.052)	(80.514)	(65.877)	–	–	–	2.402	(991.642)	(829.953)
Partes relacionadas	–	(8.041)	–	–	–	–	–	–	–	8.041	–	–
Gerais e administrativas	**(102.228)**	**(63.606)**	**(47.098)**	**(63.384)**	**(13.845)**	**(26.812)**	**(107.126)**	**(93.944)**	**–**	**8**	**(270.297)**	**(247.738)**
Depreciação e amortização	**(182.578)**	**(160.183)**	**(170.679)**	**(175.617)**	**(40.801)**	**(40.207)**	**(10.433)**	**(14.340)**	**32.558**	**16.524**	**(371.933)**	**(373.823)**
Depreciação e amortização (custo)	(170.801)	(146.663)	(167.027)	(172.793)	(36.294)	(35.749)	–	–	32.723	22.265	(341.399)	(332.940)
Depreciação e amortização (despesa)	(11.777)	(13.520)	(3.652)	(2.824)	(4.507)	(4.458)	(10.433)	(14.340)	(165)	(5.741)	(30.534)	(40.883)
(Perdas) reversão por impairment	**–**	**1.798**	**–**	**(90.322)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(88.524)**
Outras receitas (despesas)	**(67.830)**	**(12.924)**	**7.221**	**8.784**	**(376)**	**(1.290)**	**44**	**(216)**	**–**	**(7)**	**(60.941)**	**(5.653)**
Resultado financeiro líquido	**21.660**	**(249.196)**	**(9.067)**	**(98.336)**	**(56.725)**	**(50.554)**	**(330.454)**	**(129.353)**	**(3.414)**	**41.894**	**(378.000)**	**(485.545)**
Resultado de equivalência patrimonial	**–**	**–**	**23.048**	**3.343**	**–**	**–**	**504.461**	**(362.664)**	**(503.452)**	**366.760**	**24.057**	**7.439**
Imposto de renda e contribuição social	**(130.757)**	**24.471**	**(7.688)**	**(7.675)**	**45**	**16**	**6.563**	**(20.061)**	**–**	**–**	**(131.837)**	**(3.249)**
Lucro (Prejuízo) do período	**284.130**	**43.060**	**269.965**	**(365.400)**	**(39.325)**	**(48.169)**	**63.055**	**(620.578)**	**(517.319)**	**396.465**	**60.506**	**(594.622)**

(1) A coluna "Outros" é formada pela controladora Hidrovias do Brasil S.A. e pelas controladas Hidrovias International Finance S.à.r.l. e Via Grãos S.A.

27.2.2 Contas patrimoniais por segmentos operacionais

						31 de dezembro de 2025
	Corredor Norte	Corredor Sul	Santos	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo circulante	627.921	878.019	68.161	162.474	(77.803)	1.658.772
Ativo não circulante	2.162.847	1.943.009	507.470	5.975.145	(5.759.935)	4.828.536
Total do ativo	**2.790.768**	**2.821.028**	**575.631**	**6.137.619**	**(5.837.738)**	**6.487.308**
Passivo circulante	288.841	209.401	41.625	120.035	(101.795)	558.107
Passivo não circulante	946.482	338.480	543.601	3.744.161	(1.805.575)	3.767.149
Patrimônio líquido	1.555.445	2.273.147	(9.595)	2.273.423	(3.930.368)	2.162.052
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.790.768**	**2.821.028**	**575.631**	**6.137.619**	**(5.837.738)**	**6.487.308**

						31 de dezembro de 2024	
	Corredor Norte	Corredor Sul	Cabotagem	Santos	Outros	Eliminações	Consolidado
Circulante	364.043	962.941	166.386	56.300	810.312	(625.413)	1.734.569
Não circulante	2.166.058	2.663.599	618.828	519.102	5.962.127	(6.392.521)	5.537.193
Total do ativo	**2.530.101**	**3.626.540**	**785.214**	**575.402**	**6.772.439**	**(7.017.934)**	**7.271.762**
Passivo circulante	258.718	810.169	132.495	58.643	1.724.672	(659.559)	2.325.138
Passivo não circulante	1.085.090	2.170.651	456.722	487.029	4.097.436	(4.402.196)	3.894.732
Patrimônio líquido	1.186.293	645.720	195.997	29.730	950.331	(1.956.179)	1.051.892
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.530.101**	**3.626.540**	**785.214**	**575.402**	**6.772.439**	**(7.017.934)**	**7.271.762**

28. Subvenção, assistências governamentais e outros benefícios (Consolidado) – A Companhia goza de benefícios, conforme pode ser observado abaixo: **Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante ("AFRMM"):** O AFRMM foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.404/1987 e disciplinado pela Lei nº 10.893/2004. Com as alterações realizadas pelas Leis nº 12.599/2012 e 12.788/2013, a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM transferiram a responsabilidade à Receita Federal do Brasil (RFB). O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante ("AFRMM") é um benefício disponível a todas as empresas brasileiras de navegação costeira que operam com embarcação própria ou afretada. A Companhia recebe integralmente 8% sobre o valor de receita de navegação. Esses recursos são restritos e utilizados exclusivamente na construção, docagem, reparo, manutenção de embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações. Apesar da isenção de recolhimento por parte do consignatário da carga, a legislação permite a utilização dos recursos do fundo de arrecadação pelas empresas brasileiras de navegação. As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia. O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante – FMM. Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da obtenção de evidências da utilização dos recursos disponíveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela FMM. No período findo em 31 de dezembro de 2025, a companhia reconhece os benefícios do AFRMM no grupo de outras receitas (despesas) operacionais, sendo o impacto de imposto de renda e contribuição social no montante de R$4.059 (31 de dezembro de 2024 foi de R$ 5.114). **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"):** A SUDAM é um incentivo fiscal concedido à pessoa jurídica proprietária de um projeto de desenvolvimento de infraestrutura que promova o desenvolvimento econômico, além de estar plenamente estabelecida nos estados abrangidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (incluindo o estado do Pará). Esse benefício proporciona uma redução de 75% do imposto de renda (25% a 6,25%) por um período de 10 anos, e é regulamentado pelo Decreto 4.212/2002. Em 2018, a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. obteve este incentivo, a qual apresentando Lucro Tributário, tem a possibilidade de se beneficiar da redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração. Durante a vigência do benefício a Companhia é obrigada a constituir reserva de incentivo fiscal pelo montante equivalente ao imposto de renda não recolhido. No período findo em 31 de dezembro de 2025 não houve valor do incentivo gerado (31 de dezembro de 2024 foi de R$ 22.846).

Diretoria

Décio de Sampaio Amaral
Diretor Presidente

André Saleme Hachem
Vice-Presidente de Finanças e RI

Úrsula Copi Peres
Diretora de Controladoria

Contador

Christian Rodrigues Soares Junior
CRC 1SP 330.307/O-0

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Hidrovias do Brasil S.A., declaramos nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com os termos das demonstrações financeiras e do parecer dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Décio de Sampaio Amaral
Diretor Presidente

André Saleme Hachem
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carlos Arruti Rey
Diretor sem designação específica

Harro Ricardo Schlorke Burmann
Diretor sem designação específica

Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Riscos

Atribuições do Comitê – O Comitê de Auditoria e Riscos da Hidrovias do Brasil ("Comitê") é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Estatuto Social da Companhia e seu Regimento Interno ("Regimento"). Conforme o Regimento, o objetivo do Comitê é assessorar o Conselho de Administração na supervisão (1) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (2) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (3) das qualificações e independência do auditor independente, e (4) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes, e (5) da gestão de riscos. Atualmente, o Comitê é composto por três membros independentes do Conselho de Administração, sendo um o coordenador do Comitê. O Comitê opina sobre a contratação e destituição dos auditores independentes e assessora o Conselho de Administração na supervisão de suas atividades, qualificações e independência, avaliando e aprovando previamente a prestação de serviços permitidos pela legislação que não sejam relacionados à auditoria. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") é a empresa atualmente responsável pela auditoria anual das demonstrações financeiras, pelas suas revisões trimestrais e pela avaliação da estrutura de controles internos aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, de forma a atender às normas da CVM – Comissão de Valores Imobiliários, B3 – Brasil, Bolsa, Balcão no Brasil. O Comitê é responsável por revisar, em conjunto com os auditores independentes, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, reportando os temas relevantes ao Conselho de Administração. Cabe ao Comitê supervisionar as atividades das áreas de controles internos, auditoria interna e elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria e Riscos monitora as exposições de riscos identificadas pela Diretoria da Companhia, nos termos da Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos, manifestando-se sobre revisões de seu conteúdo e assessorando o Conselho de Administração na definição dos níveis aceitáveis de riscos estratégicos. O Comitê deve, também, assegurar que a Companhia possua meios específicos para recepção e tratamento confidencial de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais, estatutários, Código de Ética e demais políticas e normativos internos aplicados a seus colaboradores e demais stakeholders. Anualmente, o Comitê prepara o presente relatório de atividades, que é encaminhado ao Conselho de Administração e divulgado pela Companhia ao mercado. Nos últimos doze meses, o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se 6 (seis) vezes. Nesse período, foi facultado ao Comitê o livre acesso a todos os órgãos de governança da Companhia, bem como a todos os seus executivos e auditores externos. **Atividades do Comitê: Auditores Independentes:** • Verificação da qualificação e independência da equipe de auditores externos. • Análise e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria e autorizações de serviços adicionais não conflitantes com a auditoria. • Discussão e recomendação sobre os honorários dos auditores independentes. • Reuniões periódicas de trabalho e sessões reservadas com os auditores independentes. **Demonstrações Financeiras:** • Acompanhamento do ambiente dos controles internos voltados à elaboração das demonstrações financeiras, juntamente com as auditorias externa e interna. • Análise da avaliação sobre o ambiente de controles internos no último exercício com recomendações de melhorias e discussão com a administração acerca dos planos de ação para endereçamento dos pontos identificados. • Avaliação da adequação das práticas contábeis e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. • Análise e discussão do contencioso fiscal, cível e trabalhista da Companhia e suas controladas. • Revisões trimestrais das demonstrações financeiras intermediárias em conjunto com a administração da Companhia e os auditores independentes. • Revisão das demonstrações financeiras anuais auditadas, relatório da administração e relatório dos auditores independentes, com a presença dos representantes da Companhia e da Deloitte para a apresentação e discussão sobre os principais assuntos de auditoria e demais temas relevantes à qualidade e integridade das referidas demonstrações financeiras. **Auditoria Interna:** • Avaliação e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria interna. • Acompanhamento dos resultados dos trabalhos de auditoria interna realizados e dos eventuais planos de ação visando o endereçamento das recomendações apresentadas. • Acompanhamento do resultado dos testes de controles internos. • Acompanhamento das remediações das deficiências identificadas pelas auditorias no último exercício. **Gestão Integrada de Riscos:** • Análise das atualizações da matriz de riscos da Hidrovias do Brasil, periodicamente elaborada pelas áreas de negócios da Companhia e monitorada pela Diretoria Jurídica, Regulatória e de Integridade. **Conformidade:** • Acompanhamento da quantidade, distribuição e tipologia dos relatos recebidos pelo Canal de Ética. • Análise e discussão sobre os indicadores das apurações internas realizadas e medidas adotadas para o encaminhamento dos pontos identificados. • Acompanhamento das ações do Programa de Integridade da Companhia. **Governança:** • Reporte das atividades do Comitê de Auditoria e Riscos nas reuniões do Conselho de Administração. • Elaboração do calendário e da pauta temática de atividades do Comitê. • Aprovação do orçamento anual do Comitê. • Elaboração e encaminhamento ao Conselho de Administração do Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Riscos. **Conclusão do Relatório:** Considerando as responsabilidades do Comitê de Auditoria e Riscos, descritas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, com as limitações naturais do alcance de sua atuação nas atividades desenvolvidas, o Comitê expressa a seguinte opinião: • As informações fornecidas pela administração, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e pelo ERNST s YOUNG Auditores Independentes, foram adequadas para as recomendações deste Comitê, não tendo sido identificadas divergências entre as equipes ou perda de independência dos referidos auditores. • A cobertura e qualidade dos trabalhos da auditoria interna são satisfatórios e realizados com apropriada isenção. • O ambiente de controles internos, as políticas de conformidade e a gestão integrada de riscos são coerentes com a estrutura, porte e complexidade da Companhia. Com base nos trabalhos e análises efetuados e no relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos recomenda ao Conselho de Administração o encaminhamento do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Hidrovias do Brasil S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 à Assembleia Geral, para a sua apreciação.

São Paulo, 2 de março de 2026.

Eduardo de Toledo
Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos
José Maurício Pereira Coelho Julio Cesar de Toledo Piza Neto
Membros do Comitê de Auditoria e Riscos

Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos

O Comitê de Auditoria e Riscos da Hidrovias do Brasil S.A. ("Comitê de Auditoria") no exercício de suas atribuições, examinou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia") referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas da minuta do relatório dos auditores independentes emitido, sem ressalvas, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Auditores Independentes"). A Administração da Companhia é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards – IFRS*"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, IAS 34 e CPC 21 (R1), respectivamente, e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe, também, à Administração, estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras. Os Auditores Independentes são responsáveis pela revisão das demonstrações financeiras e devem concluir se têm ou não conhecimento acerca de algum fato que os leve a acreditar que a posição patrimonial e financeira da Companhia não tenha sido elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo Comitê de Auditoria baseiam-se em informações recebidas da Administração e dos Auditores Independentes. O Comitê de Auditoria, com base nos documentos examinados descritos no primeiro parágrafo e nas informações prestadas pela Administração e pelos Auditores Independentes, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 21 – R1 e IAS 34) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e, dessa forma, recomenda, por unanimidade e sem ressalvas, sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Eduardo de Toledo – Membro e Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos
Julio Cesar de Toledo Piza Neto – Membro do Comitê de Auditoria e Riscos
José Mauricio Pereira Coelho – Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declara que examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (*IASB*), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados e considerando a minuta do relatório, sem ênfases ou ressalvas, apresentado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Auditores Independentes"), bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal manifesta seu entendimento de que as demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, em todos os aspectos relevantes, e opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia, a ser realizada oportunamente, dentro do prazo legal.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Élcio Arsenio Mattioli – Presidente do Conselho Fiscal
Valmir Pedro Rossi – Membro Efetivo do Conselho Fiscal
Jerri José Ribeiro da Silva – Membro Efetivo do Conselho Fiscal

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Hidrovias do Brasil S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Hidrovias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação **Hidrovias do Brasil S.A.**

sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Reconhecimento de receita:* Por que é um PAA? Conforme divulgado na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as receitas de vendas e serviços prestados decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida que, são satisfeitas as obrigações de desempenho. As receitas da Companhia são oriundas, principalmente, de soluções logísticas integradas para o transporte de cargas por hidrovias, englobando navegação fluvial, gestão de embarcações e operações portuárias. Esse tema foi considerado um principal assunto de auditoria devido: (i) à materialidade dos saldos envolvidos (R$2.331.740 mil em 31 de dezembro de 2025); (ii) à natureza dos contratos firmados com clientes, geralmente de longo prazo, que incluem garantias de volumes mínimos transportados; (iii) à necessidade de julgamentos para determinar o momento e a mensuração da receita, em especial a provisão para corte de receita; e (iv) à dependência de sistemas operacionais que registram volumes transportados e serviços prestados. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis materiais da Companhia relativas aos critérios de reconhecimento de receita e ao cálculo da provisão para corte, conforme as normas aplicáveis; (ii) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos sobre os critérios utilizados para o reconhecimento, dos sistemas operacionais correlacionados, bem como das premissas e dos dados utilizados nas provisões de corte da receita de transporte; (iii) teste, em base amostral, de contratos para identificar obrigações de desempenho e compreender os critérios de reconhecimento de receita; (iv) análise e teste amostral dos critérios e das premissas utilizados no cálculo da provisão para corte de receita de transporte em andamento; e (v) análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que os critérios e premissas para reconhecimento de receita adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. *Valores correspondentes:* Os valores correspondentes ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 4, foram auditados por outro auditor, que emitiu relatório datado de 02 de março de 2026, o qual não conteve nenhuma modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria de Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria executados para os propósitos da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de março de 2026.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda
CRC nº 2SP 011.609/O-8

Daniel Corrêa de Sá
Contador
CRC nº 1SP 248.616/O-3

Deloitte.

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo